

mut.

REVISTA DO MUTUALISMO | N.º 14 - III SÉRIE



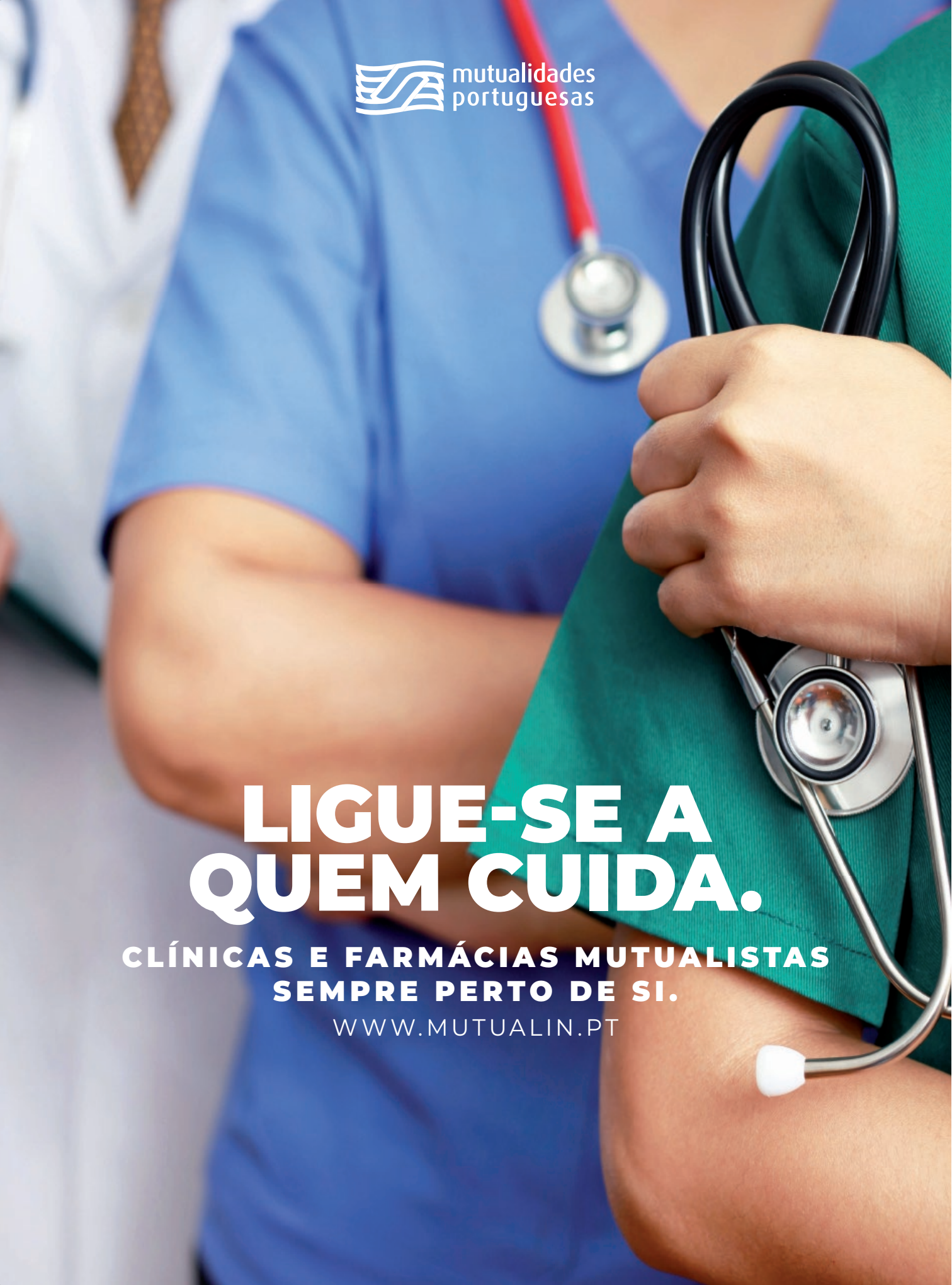
mutualidades
portuguesas

Com os Portugueses desde 1176.

EDIÇÃO 2022
ISSN 2183-1114

“ENQUANTO
COMUNIDADE,
DEVEMOS RECONHECER
O ESFORÇO, A ABNEGAÇÃO
E A DEDICAÇÃO
DAS ASSOCIAÇÕES
MUTUALISTAS”

ANTÓNIO COSTA
EM ENTREVISTA



LIGUE-SE A QUEM CUIDA.

**CLÍNICAS E FARMÁCIAS MUTUALISTAS
SEMPRE PERTO DE SI.**

WWW.MUTUALIN.PT

Os desafios da crise e confiança de António Costa no papel das mutualidades

Luís Alberto Silva,
*Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas*



Saímos de uma crise financeira internacional, enfrentámos uma pandemia que a todos colocou à prova e agora estamos perante uma guerra, sem fim à vista, e cujas consequências para o mundo ainda estamos longe de poder calcular.

No imediato, estamos confrontados com uma taxa de inflação a níveis que não conhecíamos há muitos anos, assistindo a uma espiral de aumentos dos preços da energia e dos bens de primeira necessidade, que nos arrastam inexoravelmente para uma crise económica e social.

É nestes momentos, como muito bem reconhece o Primeiro-Ministro, António Costa, nas páginas seguintes desta revista, que o papel do setor social, embora contínuo e sempre presente, ganha visibilidade acrescida e o seu contributo para a coesão social é mais sublinhado.

As mutualidades estão, como ao longo dos últimos oito séculos, ao lado dos portugueses, a cumprir a sua missão: cuidar e proteger os cidadãos, especialmente os mais vulne-

ráveis. Não vacilaremos! Estaremos cá, no terreno, a chegar onde é preciso e a pugnar pelos princípios e valores do mutualismo.

Nesta edição da revista MUT, que orgulhosamente disponibilizamos aos nossos leitores e, em especial, aos mutualistas, o Primeiro-Ministro deixa uma palavra de apreço e confiança no papel e no trabalho das associações mutualistas.

O seu testemunho, gravado nestas páginas, honra-nos e acrescenta-nos responsabilidade.

A entrevista a António Costa reveste-se de um grande simbolismo para o Movimento Mutualista. Porque fala diretamente para os mutualistas. Porque o Primeiro-Ministro de Portugal reconhece e valoriza o papel e o contributo das mutualidades para a coesão da sociedade portuguesa. E porque reabre a porta que a ex-Ministra da Saúde tinha fechado à discussão sobre o direito que as entidades da economia social têm de dinamizarem farmácias sociais.

Neste número da MUT, damos a conhecer o essencial do Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal, que a União das Mutualidades Portuguesas encomendou ao ISCTE. Trata-se de um contributo notável para a afirmação e o reconhecimento público da relevância do papel e da ação das associações mutualistas no quotidiano dos cidadãos, verdadeiramente distintivos no contexto da própria economia social.

Esta obra, que oportunamente será apresentada em livro, congrega e sistematiza múltiplos dados e informações que permitem estabelecer um perfil circunstanciado do associativismo mutualista e do papel do mutualismo, para além de produzir interessantes reflexões sobre os caminhos para o futuro deste Movimento com mais de oito séculos de história.

ÍNDICE



3 EDITORIAL
por Luís Alberto Silva

6 ENTREVISTA
António Costa, Primeiro-Ministro

18 OPINIÃO
- Pedro Marques
- Augusto Vieira
- Cláudia Pedra
- Sara Ferreira

26 DESTAQUE
- Caracterização Movimento Mutualista

32 TEMAS
- Mutualismo e o Ensino Superior
- Breve História do Mutualismo em Portugal

36 ATIVIDADES UMP
- Eventos e Prémios
- Instrumentos de Financiamento
- Projeto de Capacitação Institucional

43 INTERNACIONAL
- Beyond Neet
- Protocolo com São Tomé e Príncipe

46 MUTUALIDADES
- Projetos
+ Formação
A Mutualidade de Santa Maria
+ Inovação
ASM Setubalense
AMUT
ANSE Sandim
+ Cultura
A Casa da Mutualidade d’APP

- Entrevistas
+ Caixa dos Estivadores
+ ASMC Valongo
+ ASM Benaventense
+ ASMECI Lisboa

60 Parcerias

Nesta edição



26 As mutualidades de hoje e os seus desafios estratégicos
O Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal, realizado pelo ISCTE-IUL para a UMP, é o primeiro documento que sistematiza a informação sobre as várias dimensões da ação das mutualidades. Repescamos aqueles que são os principais elementos caracterizadores do mutualismo em Portugal e os desafios estratégicos identificados pela investigação coordenada pelo Professor Luís Capucha.

32 «É preciso trazer o mutualismo para as instituições do ensino superior!»
A investigadora Deolinda Meira, do ISCAP/ Porto aborda as relações de proximidade entre a academia e a economia social, enquanto setor de “enorme relevância social e económica”. E damos a conhecer o caso de uma associação mutualista que está a nascer na academia...

35 A UMP apresentou mais um contributo fundamental para a valorização da história do movimento mutualista, ao lançar o livro lançou o livro “Breve História do Mutualismo em Portugal”, da autoria de Álvaro Garrido, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra.

41 As grandes linhas que vão nortear o importante instrumento de financiamento Portugal 2030, na ótica do setor social.

42 Conheça o impacto do projeto de capacitação institucional da UMP “Mutualismo: da Herança ao Futuro”

43 A UMP e o Irish Rural Link deram as mãos e estão a trabalhar com jovens Neet de Portugal e da Irlanda e a capacitar organizações da sociedade civil para a promoção do voluntariado, enquanto estratégia de inclusão.

44 UMP e governo de são Tomé e Príncipe celebraram protocolo de cooperação para enquadramento legal e reforço da economia social no território.

46 Histórias que mudaram rumos de vida no Centro Qualifica d’A Mutualidade de Santa Maria

48 As mutualidades desenvolvem projetos que respondem a problemas concretos das suas comunidades. Damos três exemplos de inovação no movimento mutualista



A Casa da Mutualidade, d’A Previdência Portuguesa, é um espaço de excelência na projeção de novos talentos da cultura coimbrã.

mut.

União das Mutualidades Portuguesas
Avenida 29 de Março, 754, Loja 14,
Apartado 58
3885-518 Esmoriz
Telefone: 256 112 880
NIPC - 501 097 350
www.mutualismo.pt
uniao@mutualismo.pt

Editor Luís Alberto Silva | Redação Gabinete de Comunicação da UMP
Fotografia UMP | Impressão e Acabamento Norprint – A Casa do Livro
Propriedade e Edição União das Mutualidades Portuguesas
Tiragem 450 exemplares | Depósito Legal 366134/13 | ISSN 2183-1114
Distribuição gratuita
Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.



Cofinanciado por:



Opinião

18



«Europa Social – da ideia ao papel, do papel à realidade»

Pedro Marques
Eurodeputado, PS

20



«As farmácias sociais. Ou como o poder político tem um discurso que não condiz com a atuação».

Augusto Vieira
Advogado

22



«A arte de esquecer o institucional»

Cláudia Pedra
Managing Parner Stone Soup Consulting

24



«Gratuidade das creches: a realidade presente e os desafios futuros»

Sara Ferreira
Diretora Técnica do CIDACL



ANTÓNIO COSTA EM ENTREVISTA

PRIMEIRO-MINISTRO

“As mutualidades contribuem de forma crucial para a coesão da sociedade portuguesa”

As mutualidades contribuem de “forma crucial” para a coesão da sociedade portuguesa e, enquanto comunidade, “devemos reconhecer o esforço, a abnegação e a dedicação das associações mutualistas – e dos seus trabalhadores”. É assim que o Primeiro-Ministro, António Costa, caracteriza o papel do movimento mutualista, nesta que é a primeira entrevista de um líder do governo à revista MUT, onde aborda o papel das mutualidades na prestação de cuidados de saúde e vários dossiês relevantes para o setor social e solidário.

E se a ex-Ministra da Saúde tinha uma posição relativamente fechada quanto à abertura de novas farmácias sociais, António Costa, questionado sobre a matéria, deixa margem para progressos, ao afirmar que o Governo “está sempre disponível para analisar as propostas do setor, que venham a contribuir para a melhoria da qualidade e acessibilidade das respostas em saúde aos cidadãos”.

Para o Primeiro-Ministro, o Plano de Recuperação e Resiliência, “constitui uma janela efetiva de oportunidade para robustecer uma nova geração de respostas e equipamentos sociais” e sobre a medida da gratuitidade das creches, admite estar a trabalhar para que, no “próximo ano”, se celebrem acordos de cooperação com as creches do setor privado nas áreas com carência de lugares de creche.

António Costa manifesta, ainda, a sua gratidão pela distinção “Prémio Cidadania e Solidariedade” que a União das Mutualidades Portuguesas lhe atribuiu no Dia Nacional do Mutualismo, em maio último.

“O Governo reconhece, valoriza e apoia o movimento mutualista”

A pandemia deu outra visibilidade, valorização e reconhecimento à economia social. A própria União Europeia ao avançar com um plano de ação para a economia social abriu um novo capítulo no reconhecimento das mutualidades e das outras organizações do setor. Que importância atribui às mutualidades, que operam em áreas tão nevrálgicas, como a Saúde, a previdência e a proteção social, na economia nacional e ao papel destas organizações na coesão social?

As mutualidades desempenham, em cooperação com o Governo, o setor público e as entidades da economia social, um papel determinante na resposta às necessidades sociais dos cidadãos. Durante a crise pandémica, o seu contributo tornou-se particularmente importante, tendo sido um eixo essencial da proteção conferida em particular aos mais vulneráveis. Seja através dos múltiplos serviços que prestam, seja pela sua dedicação a áreas tão fundamentais como a proteção social ou a saúde, as mutualidades contribuem de forma crucial para a coesão da sociedade portuguesa. Por isso mesmo, o apoio ao setor social e solidário tem sido uma das prioridades do Governo. Desde o início da pandemia, as medidas extraordinárias para apoiar as

instituições ultrapassam os 900 M€. No desenho da nossa estratégia de recuperação, voltámos a colocar a parceria com o setor social e solidário no centro das políticas públicas para apoiar as pessoas e garantir a justiça social: em conjunto, o PARES 2.0 e 3.0 e o PRR representam um investimento de mais de 700M€, o maior investimento alguma vez realizado em equipamentos sociais no nosso país.

“O PARES 2.0 e 3.0 e o PRR representam... o maior investimento alguma vez realizado em equipamentos sociais no nosso país”

A história de oito séculos de resiliência do movimento mutualista ao lado dos portugueses tem evidenciado a pertinência e o valor do modelo mutualista em diferentes contextos sociais e o potencial socioeconómico das respostas e atividades que desenvolve. As mutualidades, que estiveram na origem da segurança social, desempenham um papel complementar no sistema de proteção social. Numa altura em que se questiona a sustentabilidade da segurança social e dado o know-how por elas acumulado ao longo de séculos, que relevo e papel,

neste âmbito, poderão ser as associações mutualistas chamadas a desempenhar na sociedade portuguesa?

O Governo reconhece, valoriza e apoia o movimento mutualista pela sua história secular e pelos valores que preconiza na resposta às necessidades sociais dos portugueses. O mutualismo

foi precursor de um modelo de previdência e proteção social em Portugal, que mais tarde veio a inspirar a segurança social que hoje conhecemos. Norteadas por princípios basilares de democracia, solidariedade, igualdade, não discriminação e responsabilidade, as associações mutualistas prosseguem uma ação complementar e

de parceria com os sistemas públicos de proteção social, através de serviços e um vasto conjunto de respostas mutualistas, no âmbito da segurança social e da saúde. Por este motivo, enquanto comunidade, devemos reconhecer o esforço, a abnegação e a dedicação das associações mutualistas – e dos seus trabalhadores – para

assegurar a manutenção das respostas às nossas crianças; às pessoas em situação de dependência, com deficiência ou incapacidade; às situações de carência; e aos nossos idosos, tão vulneráveis durante o período de crise pandémica e, agora, com o aumento do custo de vida, agravado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia.

A União das Mutualidades Portuguesas distinguiu-o com o Prémio Cidadania e Solidariedade, nas comemorações do Dia Nacional do Mutualismo. Que significado teve para si essa distinção?

Encaro este prémio como o reconhecimento do compromisso que, ao longo da minha vida, tenho procurado manter em diferentes formas de participação no serviço público. Em particular, a promoção de políticas públicas dirigidas aos mais vulneráveis constitui para mim a trave-mestra da construção de um Estado Social, em que todos têm direito à participação integral da vida em sociedade. O movimento mutualista, que tem no nosso país uma História de mais de 800 anos, continua hoje a ser um parceiro fundamental na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Por isto tudo, enquanto Primeiro-Ministro e cidadão, só posso ficar grato por esta distinção.



PAULO VAZ HENRIQUES / CABINETE PM

“Continuaremos a avaliar permanentemente a situação social e macroeconómica, num esforço de solidariedade”

PAULO VAZ HENRIQUES / CABINETE PM

A saúde é um dos fins fundamentais do mutualismo. As clínicas das mutualidades foram, e têm sido, em muitos territórios do país, particularmente nos de baixa densidade, uma solução de recurso e proximidade para os portugueses acederem a cuidados de saúde, tendo em conta, por um lado, a necessidade que houve de o SNS se concentrar na resposta à Covid-19 e, nos tempos mais recentes, com as fragilidades que vem revelando. Na lei de Bases da Saúde recentemente aprovada, o Setor Social foi relegado para um plano secundário na prestação de cuidados de saúde. Não está o país, por razões meramente ideológicas, a desperdiçar um capital de experiência e capacidade instalada destas instituições, que poderia oferecer aos portugueses um serviço de proximidade, com

elevados padrões de qualidade, que minimizaria os tempos de espera, e com custos, em muitos casos, mais reduzidos para o próprio Estado?

O direito à proteção da saúde, constitucionalmente consagrado no âmbito dos direitos e deveres sociais, é uma das mais relevantes realizações da democracia portuguesa, na qual o Serviço Nacional de Saúde tem tido, desde 1979, um papel estruturante. Em termos complementares, a atual Lei de Bases da Saúde consagra, igualmente, o direito à proteção da saúde, prevendo

que este direito constitui uma responsabilidade conjunta das pessoas, da sociedade e do Estado e compreende o acesso, ao longo da vida, à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, a cuidados continuados e a cuidados paliativos, tendo a sociedade o dever de contribuir para a proteção da saúde em todas as políticas e setores de atividade. Neste enquadramento, normativo e programático, o foco do Governo, por ação do Ministério da Saúde, centra-se fundamentalmente na resolução adequada e atempada das necessidades de saúde dos portu-

“Julgo que o país não está a desperdiçar o capital de experiência e capacidade instalada destas instituições, estando sim a mobilizar os diversos atores a garantir aquele que é o objetivo de todos: o direito à saúde”.

gueses e, em conformidade, na recuperação da atividade das instituições do SNS, avaliando e adequando, naturalmente, a utilização eficiente e efetiva dos recursos disponíveis no Sistema de Saúde, tomando em consideração o papel e a colaboração com as mutualidades, as misericórdias e as instituições de solidariedade social para a prossecução deste objetivo comum. Assim, julgo que o país não está a desperdiçar o capital de experiência e capacidade instalada destas instituições, estando sim a mobilizar os diversos atores a garantir aquele que é o objetivo de todos: o direito à saúde.

As mutualidades reclamam há muito a alteração ao regime jurídico das farmácias de oficina que, na prática, tem sido um obstáculo intransponível à abertura de novas farmácias sociais, cuja atividade e cujos limites estão perfeitamente definidos na letra da lei. Dispondo de uma maioria parlamentar que lhe serve de suporte, está o governo disponível para rever a lei sobre a qual impendem muitas dúvidas quanto à sua constitucionalidade?

Reconhecendo o relevante papel das instituições da economia social no setor da saúde, designadamente a sua atuação como parceiros institucionais na resposta operacional às opções políticas da saúde em Portugal, o Governo, dentro dos princípios e condicionantes que regem a sua atividade, quer no âmbito nacional, quer no âmbito da União Europeia,

está sempre disponível para analisar as propostas do setor, que venham a contribuir para a melhoria da qualidade e acessibilidade das respostas em saúde aos cidadãos.

Com a escalada da inflação, o aumento dos juros e dos preços dos bens essenciais, adivinham-se tempos difíceis e de grande incerteza. O que é que os portugueses podem esperar destes tempos e do próximo orçamento de Estado?

A inflação encontra-se neste momento em média de 12 meses acima dos 5%, algo a que não assistíamos desde novembro de 1992, há quase 30 anos. Esta situação resulta do aumento do preço da energia – petróleo, gás e eletricidade – exacerbado pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa. Para termos uma ideia mais clara dos aumentos de que estamos a falar, entre dezembro de 2021 e julho de 2022, o preço do barril de Brent aumentou 50%. Já o gás natural estava, no início de setembro de 2022, cerca de 14 vezes mais caro do que no final de 2019. À problemática da energia, acresce o encarecimento do preço dos alimentos, fruto do aumento do preço dos fertilizantes, mas também da seca. E também uma alteração estrutural das relações comerciais a nível mundial, com a reorganização das cadeias de produção. Ora, é neste contexto de grande incerteza que o Governo procura encontrar respostas adequadas à perda de poder de compra dos

Farmácias sociais? “O Governo... está sempre disponível para analisar as propostas do setor, que venham a contribuir para a melhoria da qualidade e acessibilidade das respostas em saúde aos cidadãos”.

portugueses. Este esforço começou ainda em finais de 2021, e foi, recentemente, reforçado com o plano “Famílias Primeiro”, um pacote de cerca de 2,400 milhões de euros, ou seja, 1% do PIB, que é abrangente, oportuno e prudente. O Governo aprovou também o pacote “Energia para Avançar” que prevê 1,400 milhões de euros de apoio às empresas e à economia social para combater o aumento dos preços da energia e para mitigar dos efeitos da inflação. Este pacote inclui uma linha de financiamento, de 120 milhões de euros, para o setor social, bem como uma comparticipação financeira para o setor social fazer face ao aumento dos preços do gás, no valor de 5 milhões de euros. Como sempre, e em particular com a preparação do Orçamento do Estado para 2023, continuaremos a avaliar permanentemente a situação social e macroeconómica, num esforço de solidariedade, responsabilidade e justiça.

“Este novo Pacto [de Cooperação]... tem como referência o Pilar Europeu dos Direitos Sociais”.



PAULO VAZ HENRIQUES / CABINETE PM

A renovação do Pacto de Cooperação, no que à sustentabilidade das respostas sociais diz respeito, estabelece o compromisso de atualização progressiva das participações, de forma a atingir o objetivo da partilha equitativa, entre o Estado e as instituições sociais, dos encargos efetivos com o funcionamento dessas respostas. Durante esta legislatura, que avanços concretos tenciona dar o Governo nesse âmbito?

O novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado 25 anos após o anterior, tem como objetivo servir os cidadãos e criar condições para uma sociedade mais justa e solidária. Nestes 25 anos

fizemos um longo caminho com marcos da maior relevância como a criação da Rede Social em 1997, a aprovação da Lei de Bases da Economia Social em 2013, a concretização do princípio da participação das organizações do setor social e solidário, a constituição da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário e a constituição da Comissão Nacional da Cooperação, todas em 2015 ou os sucessivos Compromissos de Cooperação e respetivas Adendas. Face à evolução da nossa sociedade colocam-se agora novos desafios. O contexto demográfico e social atual exige medidas adequadas e respostas inovadoras, o que lança desafios à renovação das instituições, dos métodos de trabalho e culturas or-

ganizacionais, bem como da qualificação dos seus profissionais. Este novo Pacto, com um horizonte de 10 anos, tem como referência o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o seu respetivo Plano de Ação, o Plano de Ação para a Economia Social e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Pretende-se a renovação de um contrato social que, tendo como centro as pessoas e famílias, permita responder aos desafios demográficos, nomeadamente no que se refere à natalidade, à conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, à formação continuada e à aprendizagem ao longo da vida, bem como ao envelhecimento ativo e saudável, uma atenção crescente às pessoas migrantes, requerentes

“O PRR é uma janela efetiva de oportunidade para robustecer uma nova geração de respostas e equipamentos sociais”

e beneficiárias de proteção internacional (incluindo refugiadas) e apoio a vítimas especialmente vulneráveis.

A pandemia evidenciou a urgência do robustecimento do setor social e de uma nova geração de respostas e equipamentos sociais. O Plano de Recuperação e Resiliência foi apresentado como o instrumento e uma janela de em muitas famílias portuguesas, mas a sua implementação só se concretizará plenamente em 2024 ...

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um instrumento que permitirá criar emprego, dinamizar a economia dos territórios e alavancar o necessário investimento nos equipamentos sociais. Poucos instrumentos foram preparados em e operacionalizados em horizontes temporais tão curtos. Em termos concretos, o PRR

será fundamental para concretizar a Estratégia Portugal 2030, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 e o Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável, promovendo políticas para os mais velhos, bem como para a próxima geração, com especial ênfase na criação de vagas em creches. Dando sequência ao paradigma de cooperação com o Estado, o setor social e solidário, enquanto parte integrante da estrutura de operacionalização do PRR, tem

prestado contributos em diversos domínios, incluindo no licenciamento e funcionamento das respostas sociais, no desenho de respostas sociais inovadoras e do programa Mobilidade Verde Social. Nestes termos, o Plano de Recuperação e Resiliência constitui uma janela efetiva de oportunidade para robustecer uma nova geração de respostas e equipamentos sociais e a cooperação estratégica entre Estado e as Instituições do setor social e solidário que permitirá enfrentar os desafios de inclusão social do nosso país.

“O PRR é um instrumento que permitirá criar emprego, dinamizar a economia dos territórios e alavancar o necessário investimento nos equipamentos sociais”.

“Um adequado regime fiscal é fundamental para a sustentabilidade do terceiro setor”

As entidades representativas do setor social apresentaram a todos os partidos na última campanha eleitoral e, após a eleição, na audiência com o Senhor Primeiro Ministro, um conjunto de propostas das quais destacamos a revisão do estatuto fiscal da economia social, na qual se incluiria a redução da taxa de IVA para 6% nas empreitadas relativas a obras nas instalações destinadas aos fins estatutários das instituições, a exemplo do que acontece com as Cooperativas (que integram o universo da economia social), os bombeiros e as autarquias. Para além de assegurar um tratamento similar no seio das entidades da economia social, essa medida seria oportuna no sentido de estimular e acelerar os investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Está o governo disponível para fazer justiça ao setor social neste domínio?

O Governo reconhece a crescente importância do terceiro setor e é sensível ao facto de que um adequado regime fiscal é fundamental para a sua sustentabilidade. Por este motivo, as normas fiscais aplicáveis ao terceiro setor têm sido alvo de melhorias, tendo as necessidades do setor não lucrativo vindo a ser

atentamente acompanhadas pelo Governo. Destaca-se por exemplo, ao nível do estatuto do mecenato, o aumento substancial do limite da contraprestação que permite a exclusão da tributação em sede de IVA dos donativos, que mais de duplicou, passando de 10% para 25%, com o Orçamento do Estado para 2022. No que respeita, em particular, à realização de obras em imóveis afetos aos fins estatutários de entidades do setor não lucrativo, existe já um benefício fiscal aplicável a entidades do terceiro setor que se qualifiquem como instituições particulares de solidariedade social. Este benefício permite a estas entidades beneficiar do regime de restituição do IVA suportado na construção, manutenção e conservação dos imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários. Como tal, quaisquer entidades do sector não lucrativo que obtenham o reconhecimento do estatuto de instituição particular de solidariedade social poderão obter a restituição do

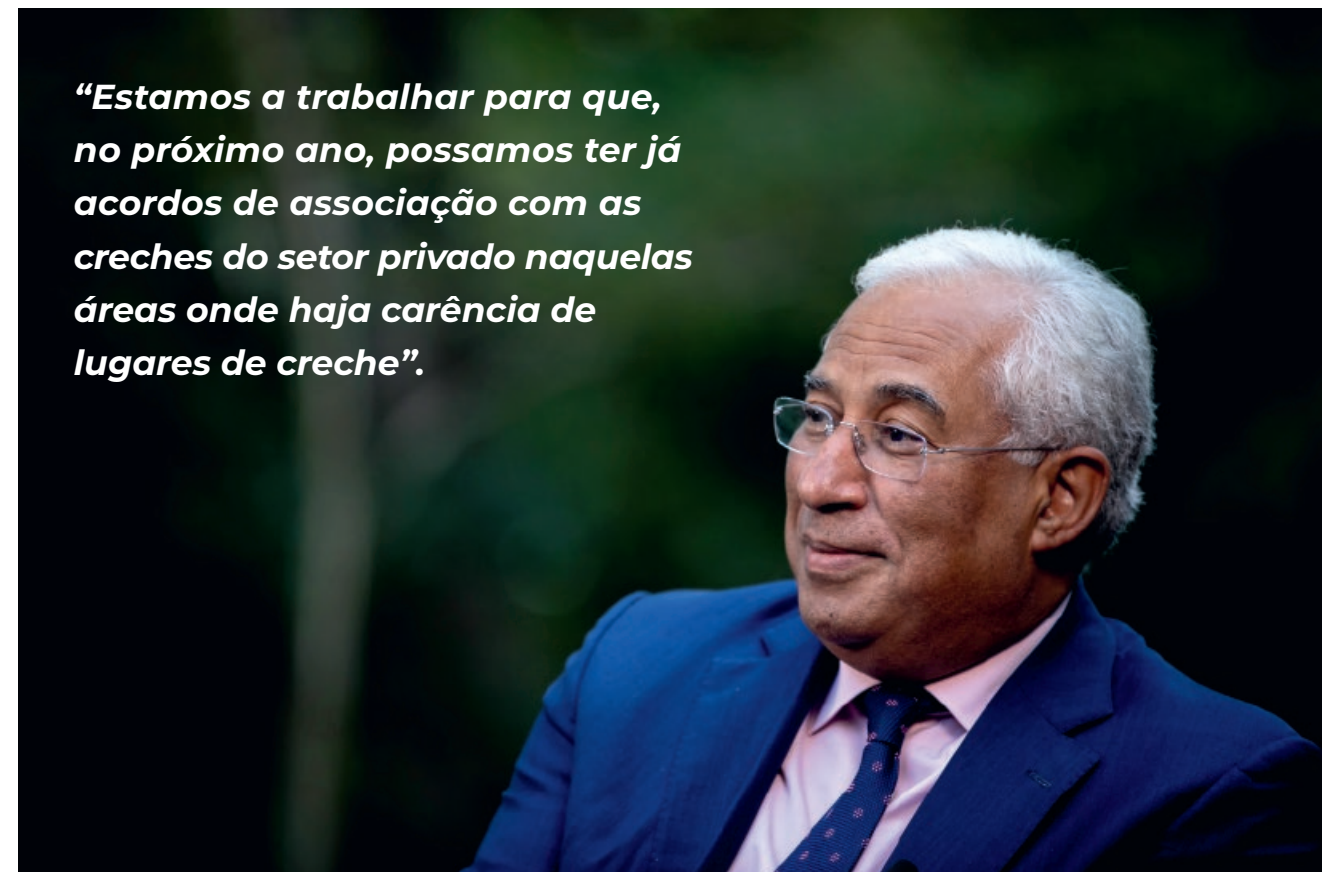
“O Governo reconhece a crescente importância do terceiro setor e é sensível ao facto de que um adequado regime fiscal é fundamental para a sua sustentabilidade.”

IVA suportado em obras realizadas em imóveis afetos aos fins estatutários, dentro das condições previstas no respetivo regime, mas independentemente da taxa de IVA aplicável às respetivas empreitadas.

Está em cima da mesa o processo de transferência de competências para os municípios na área da ação social. Que impactos são esperados com essa medida nos portugueses e nas instituições? Não haverá riscos de algumas autarquias internalizarem alguns serviços e respostas, esvaziando o papel de instituições sociais que fizeram elevados investimentos em equipamentos e recursos humanos e logísticos?

O decreto-lei 55/2020 de 12 de agosto prevê que os municípios possam exercer diretamente as competências anteriormente objeto de acordo ou protocolo, ou celebrar novo acordo ou protocolo de colaboração. Face à experiência e saber acumulado das equipas técnicas, bem como

“Estamos a trabalhar para que, no próximo ano, possamos ter já acordos de associação com as creches do setor privado naquelas áreas onde haja carência de lugares de creche”.



PAULO VAZ HENRIQUES / CABINETE PM

das dinâmicas dos territórios, o Governo tem dado relevo a esta questão, sensibilizando os municípios sobre a importância da manutenção destes acordos de cooperação e Protocolos com as IPSS e equiparadas. Do ponto de vista legal, foram efetuadas melhorias, por forma a permitir uma maior segurança e estabilidade nas IPSS ou equiparadas, quando as áreas a descentralizar são asseguradas por acordos ou protocolos. Com a publicação do Despacho 1246-A/2022 de 28 de janeiro que determinou a manutenção da contratualização até que seja concretizada a transferência de competências, procurou-se que não exista interrupção do serviço prestado pelas instituições, garantindo uma transição progressiva dos outorgantes nestes acordos e protocolos.

A gratuidade das creches é uma medida emblemática deste governo, que terá um impacto em muitas famílias portuguesas, mas a sua implementação só se concretizará plenamente em 2024 ...

Podemos ter duas leituras. Só se concretizará plenamente ou já se concretizará plenamente. A Lei n.º 2/2022 de 2 de janeiro determinou o alargamento da gratuidade das creches a todas as crianças que frequentem uma creche abrangida pelo sistema de cooperação, bem como as amas do ISS, I. P.. Fá-lo de facto de forma faseada: em 2022, a todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche; em 2023, a todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche e às crianças que prossigam para o 2.º ano; em 2024, a

todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche e às crianças que prossigam para o 2.º e 3.º ano. O Governo empenhou-se na execução desta lei emblemática e estruturante que irá significar um apoio importantíssimo ao rendimento das famílias, especialmente relevante num contexto de elevada inflação como aquele que atravessamos. Estamos também a trabalhar para que, no próximo ano, possamos ter já acordos de associação com as creches do setor privado naquelas áreas onde haja carência de lugares de creche e que não sejam satisfeitas pelo setor social. Pretende-se acelerar a implementação desta medida fundamental para apoiar a melhor conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal das famílias portuguesas e para melhor enfrentar o desafio demográfico do país.

“A economia social tem um papel muito relevante no desenvolvimento e na coesão territorial”

A guerra na Ucrânia veio reforçar a pertinência das decisões da Cimeira Social do Porto, que ajudaram a desenharmos um futuro para a Europa centrado nos direitos sociais. Num universo com realidades políticas, económicas e sociais tão diversas, com ameaças tão significativas como a guerra na Ucrânia, o Primeiro Ministro de Portugal consegue estar otimista com a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na construção de uma Europa inclusiva, justa e plena de oportunidades?

“Prevemos organizar em maio de 2023, no Porto, no segundo aniversário da Cimeira Social, um fórum sobre a concretização das metas do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”

Na Cimeira Social do Porto, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia adotaram a ‘Declaração do Porto’, estabelecendo as prioridades para o aprofundamento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Esta declaração, que já era fundamental à

luz da recuperação pós-pandémica, ganhou renovado destaque com o conflito que hoje se vive na fronteira da União Europeia. Todos reconhecemos que apenas unindo esforços poderemos encontrar soluções capazes de garantir o bem-estar social dos ci-



PAULO VAZ HENRIQUES / GABINETE PM

Governo está disponível para acompanhar Processo de internacionalização das mutualidades

dadãos dos vários Estados-membros. Por isso, o Governo tem continuado a trabalhar para executar as prioridades estabelecidas pela Declaração do Porto e, deste modo, concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A nível nacional, gostaria de destacar o início do pagamento em setembro de 2022 da Garantia para a Infância, uma prestação social de combate à pobreza extrema entre crianças e jovens que beneficia 150 mil menores em Portugal. A nível europeu, cabe salientar a recente aprovação pelo Parlamento Europeu da proposta da Comissão Europeia que promove a adequação dos salários mínimos nacionais, contribuindo assim para alcançar condições de trabalho e de vida dignas para os trabalhadores europeus. Prevemos também organizar em maio de 2023, no Porto, no segundo aniversário da Cimeira Social, um fórum sobre a concretização das metas do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Tendo em conta as três grandes prioridades estabelecidas - igualdade de oportunidades na educação, formação e educação contínua; condições justas de trabalho e acesso à proteção social e serviços - quais são os grandes desafios de Portugal até 2030 e que papel caberá desempenhar pelas organizações da economia social?

As organizações da economia social são desde logo uma manifestação de cidadania e de solidariedade porque resultam da vontade das pessoas em participar no desenvolvimento so-

cial das comunidades e na satisfação das suas necessidades, em particular, dos mais vulneráveis. Este é um setor com mais de 72 mil entidades, dispersas em todo o território, que assumem as mais variadas formas – cooperativas, associações, fundações – com diferentes naturezas e orientações. Entidades que, em cooperação com o Estado, combatem a pobreza e os problemas sociais mais complexos, contribuindo assim para o desenvolvimento social e económico. Por outro lado, e de acordo com os dados disponíveis, a economia social representa cerca de 3% do VAB nacional, 5,3% do emprego total e 6,1% do emprego remunerado com mais de 234 mil empregos. As remunerações pagas pela economia social representaram 5,3% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,3% da média nacional. Em suma, a economia social tem um papel muito relevante no desenvolvimento e na coesão territorial, bem como ao nível do bem-estar social e económico da nossa sociedade.

O processo de internacionalização das mutualidades portuguesas foi outro dos temas abordados ao longo da entrevista, a pretexto da participação da UMP na União Mundial das Mutualidades e do protocolo celebrado este ano pela UMP com o Governo de São Tomé e Príncipe, que pressupõe a intensificação da cooperação para a difusão do mutualismo no território, através de apoio técnico e do desenvolvimento de projetos

socio-económicos de raiz mutualista, que assegurem a criação de emprego e respostas sociais, como meio de combater a pobreza.

“O Governo está disponível para acompanhar de perto o processo de internacionalização das mutualidades portuguesas, para o qual a experiência e projeção inerentes ao exercício da Vice-Presidência da União Mundial das Mutualidades pela União das Mutualidades Portuguesas, em representação da Europa, contribuem de forma significativa”, afirma o Primeiro-Ministro.

No seu entender, estes objetivos “afirmam-se não só oportunos como complementares das linhas de força que pautam a ação externa do Estado Português”. Essa relevância – sustenta – é “notória”, em particular, na Cooperação Portuguesa, cuja missão de erradicação da pobreza, designadamente através da criação de emprego e de respostas sociais, “permanece relevante e atual”.

“A solidariedade social, a formação e o apoio técnico são elementos recorrentes das atividades da Cooperação que já se encontra bem implantada – mas não se limita – aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, assinala António Costa. E, nessa medida, manifesta a receptividade do governo a “explorar, caso necessário e justificado, eventuais abordagens que permitam apoiar a consecução destes desígnios partilhados”.



Pedro Marques
Eurodeputado, PS

Europa Social – da ideia ao papel, do papel à realidade

“As organizações do Terceiro Setor são absolutamente decisivas nos momentos de maior fragilidade social”.

Apesar do reconhecimento internacional do modelo social europeu, a sua implementação foi remetida ao longo das décadas sobretudo para a esfera nacional. No pós-guerra, as experiências foram-se sucedendo. O crescimento económico e boom demográfico deste período foram aproveitados para desenvolver redes de proteção social universal até então praticamente inexistentes, ou apenas remetidas à experiência de algumas corporações, ou dependentes da ação caritativa da Igreja.

O Estado social foi desenvolvido e consolidou-se na esfera nacional, com a construção de mecanismos, estruturas e redes de proteção para os cidadãos,

particularmente os mais vulneráveis, seguindo uma lógica de cooperação e complementaridade com as instituições de solidariedade social.

A nível europeu, o motor da integração tem sido a interdependência económica. Com a criação do mercado único e do euro, os Estados-Membros aproximaram-se ainda mais, reforçando trocas comerciais, aumentando a coordenação de políticas económicas e abdicando até da soberania monetária. Ainda assim, o emprego e os assuntos sociais continuaram afastados da esfera de competências partilhadas, sendo remetidos para mecanismos de coordenação informal entre os Estados-membros. Avançou-

-se na definição de standards laborais europeus em várias áreas, mas a definição de mínimos sociais europeus nunca se revelou possível.

Na resposta à crise financeira de 2008, com a aplicação de políticas de austeridade que impuseram cortes severos na proteção social sob pretexto de disciplina orçamental, o moralismo quase acabou com a coesão do projeto europeu. Hoje sabemos que esta receita falhou em toda a linha: favoreceu a contração económica, empurrou cidadãos para a pobreza, alimentou os populismos.

Felizmente, o rumo da política social europeia mudou.

A mudança iniciou-se com a demonstração, a partir de Portugal, de que inverter as políticas austeritárias, além de impulsionar o crescimento económico e o emprego, tinha também melhores resultados a nível orçamental.

O reconhecimento internacional foi inequívoco - todos nos lembramos como até o então Ministro das Finanças alemão, um dos principais apologistas da austeridade, elogiou o desempenho português - e até o FMI reconheceu o erro nas políticas que antes defendia.

Depois chegou a pandemia, com todos os países a serem afetados de forma relativamente simétrica. Desta vez a União Europeia esteve à altura e, em vez da austeridade do passado, a partilha de esforços foi a resposta escolhida. Nenhum país foi deixado ao acaso da sorte. Houve solidariedade na investigação e compra conjunta e distribuição equitativa de vacinas. Pela primeira vez na nossa história, foi criado um fundo de recuperação financiado por dívida comum.

Entretanto, durante a sua Presidência do Conselho da União Europeia, o governo português organizou a Cimeira Social do Porto. Reunindo chefes de

Estado e de Governo, representantes de empresas e sindicatos, foi possível criar o Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que definiu metas concretas para o combate à pobreza, criação de emprego e formação profissional.

O significado deste compromisso político não pode ser desvalorizado, até porque estão em curso iniciativas concretas a nível europeu para o implementar, como a Garantia Criança, a diretiva europeia de salários mínimos, ou a diretiva para proteção dos trabalhadores precários da economia digital.

Agora, com um novo contexto político internacional, marcado pela invasão russa da Ucrânia, é ainda mais urgente a implementação do Pilar Social.

Para os milhões de refugiados que fogem da guerra e que procuram apoio de emergência - comida, alojamento temporário, cuidados de saúde, acesso à escola ou ao emprego - a UE e os Estados-Membros têm de ser uma solução.

Não tenhamos qualquer dúvida: mais tarde ou mais cedo, por muito cruel que seja esta realidade, se não respondermos às várias dimensões dos danos económicos e sociais resultan-

tes da guerra, deixaremos de ter a solidariedade e a compreensão dos europeus e, consequentemente, deixaremos de ter uma “união europeia” de apoio à Ucrânia.

Sabemos que é precisamente nestes momentos que a solidariedade social faz ainda mais diferença no combate às dificuldades e exclusão social. Sei-o ainda melhor desde que exerci, durante seis anos, as funções de Secretário de Estado da Segurança Social. E sei que as organizações do Terceiro Setor são absolutamente decisivas nos momentos de maior fragilidade social. O apoio destas organizações é essencial no acolhimento e integração dos refugiados (e até na criação de oportunidades de trabalho), mas também no apoio às famílias afetadas pelo aumento dos preços dos alimentos ou da energia.

Sabemos também que é preciso uma resposta estrutural e política. Com a coragem e determinação com que enfrentámos a pandemia, temos de enfrentar esta nova ameaça, colocando o bem-estar humano e dignidade social no topo das prioridades. É nestes momentos de crise que as pessoas têm de ver uma União Europeia capaz de não deixar ninguém para trás.



Augusto Vieira
Advogado

As farmácias sociais. Ou como o poder político tem um discurso que não condiz com a actuação.

Vivemos tempos de guerra e de mentira. Normalmente os conflitos surgem quando a mentira se acumula.

São tempos onde discursos políticos não têm nada a ver com a actuação em concreto. Muitos dos males do passado continuam, ainda que, escondidos sob a capa da “democracia”.

Os atuais “faleiros do Reino” aprovaram, por unanimidade, uma Lei de Bases da Economia Social, onde escreveram que o Estado teria que “remover os obstáculos que impeçam a constituição e o desenvolvimento das atividades económicas das entidades da economia social”, mas de-

pois, na prática, pela mão do INFARMED e do Governo surge exatamente o contrário, bastando ver o texto da atual Lei da Propriedade da Farmácia (LPF, Decreto-Lei nº 307/2007, de 21.8) e atuação em concreto do referido organismo do Estado, perante cada uma das Entidades da Economia Social (EES).

O que se passa com as “farmácias sociais” é chocante, pois nem se respeita o acórdão 612/2011 do Tribunal Constitucional, de onde se extrai que as EES podem abrir farmácias sociais.

E tudo piorou em 2018 quando um acórdão do Supremo Tribunal Ad-

“O que se passa com as “farmácias sociais” é chocante...”

ministrativo (STA) de 05.07.2018, veio dizer que afinal a LPF na sua versão actual não permite às EES abrir farmácias sociais, mesmo para venda de medicamentos não sujeitos a receita médica! Uma decisão jurisdicional desastrosa, que veio dar mais alento à instalada má vontade que existe contra as EES nesta matéria.

No entanto, o Poder Judicial, nem sempre anda mal, ou seja, no caso, salvo o acórdão do STA acima referi-



Legislação continua a travar a abertura de novas farmácias sociais

do, andou sempre do lado da lei e da correta aplicação dos princípios constitucionais e nessa sequência, sempre deu razão às EES em todas as ações que foram interpostas.

De forma a comprovar o que se afirma, o Tribunal Central Administrativo Norte (TCAN), já após a prolação do acórdão do STA acima referido, deu razão às EES e declarou inconstitucional as normas que o STA referiu que não permitiam a estas entidades aceder a farmácias sociais, não as aplicando.

O tema está hoje no Tribunal Constitucional outra vez, uma vez que há

“Faleiros do Reino’ não querem colocar na lei da propriedade da farmácia, de forma clara e indiscutível o direito das Entidades da Economia Social a abrir farmácias sociais.”

recurso obrigatório do Ministério Público para este Tribunal!

Em mais dois casos, o mesmo TCAN, decidiu sempre que, mesmo face à nova lei (alterações à LPF), as EES têm direito a abrir farmácias sociais.

Tudo isto porquê? Porque os referidos “faleiros do Reino” não querem colocar na lei da propriedade da farmácia, de

forma clara e indiscutível o direito das EES a abrir farmácias sociais, em respeito pelo Acórdão do Tribunal Constitucional nº 612/2011 e pela Constituição da República Portuguesa (CRP).

Afinal não é suposto estarmos a viver em democracia em que há ou deveria haver separação de poderes, onde o poder legislativo deve obedecer ao judicial e respeitar a CRP?



Cláudia Pedra
Managing Partner
Stone Soup Consulting

A arte de esquecer o institucional

“Para gerar interesse pelo que fazemos, temos de apostar na comunicação empática.”

Na comunicação das organizações estas tendem a focar-se em comunicar missão, visão e valores, atividades e serviços. Mas o que fazer quando descobrimos que apenas um número reduzido de pessoas do mundo se interessa por essa comunicação?

A comunicação institucional é importante. As organizações devem ser capazes de comunicar de forma clara os seus princípios e valores, a visão que as inspira e a missão que concretiza essa visão. É também importante que todos percebam os serviços que efetuam e as atividades que implementam. Assim sendo, a comunicação institucional deve ser um foco organizacional. No caso das associações mutualistas, é também importante clarificar o que é o

movimento e como funciona o modelo em que se integra, uma vez que ainda existe algum desconhecimento da grande maioria do público português.

Contudo, e infelizmente, essa comunicação não será atrativa para a maioria dos leitores do mundo. Na verdade, para gerar interesse pelo que fazemos, temos de apostar na comunicação empática. A comunicação empática, como o nome indica, é a arte de conseguir tornar o assunto relevante para a pessoa que o lê, gerando uma identificação com o mesmo, e até conseguindo comover e mover a pessoa a participar/doar para a organização em causa. No fundo, é despertar atenção, Interesse e uma ação de cada parte interessada com quem comunicamos,

apelando aos lados emocional e racional do alvo da comunicação. Isso implica repensar como tentamos chegar ao nosso público e como pensamos a própria causa institucional. Captar e cativar as pessoas. Uma das questões mais interessantes do movimento mutualista, é que o próprio modelo é empático. A ajuda mútua, a equidade e a solidariedade responsável são por si conceitos empáticos. Isso poderia e deveria ser um aspeto central da estratégia de comunicação.

Para conseguir ser-se bem-sucedido na comunicação empática há que em primeiro lugar discutir e descobrir qual o fator empático da nossa organização. Isto implica também perceber o que interessa aos outros e como somos



A produção de conteúdos com criatividade para chamar a atenção do público é decisiva.

relevantes para uma determinada pessoa, mesmo que essa pessoa não precise, nem nunca venha a precisar, dos serviços mutualistas. Depois teremos de apostar em certas áreas críticas que vão ajudar a mobilizar a pessoa para apoiar e doar para a nossa organização. Uma das questões cruciais é fazer avaliação de resultados e impactos. Sem isso nunca conseguiremos reportar com rigor os resultados e impactos gerados. Os impactos são muito relevantes para a comunicação empática, porque materializam as mudanças positivas que criamos nas pessoas que beneficiam dos nossos serviços e outros *stakeholders*, e, por inerência, na nossa comunidade. Permite também não focalizar em questões secundárias, como o número de beneficiários, e sim na qualidade e profundidade do impacto criado. Afinal, o que gera empatia é perceber como melhorámos a vida das pessoas, algo que todos compreendem com facilidade. Aqui em especial é importante empregar a arte de *storytelling*, i.e. dar um rosto e histó-

ria ao impacto que reportamos. Não há nada mais empático do que ouvir uma história verdadeira, na primeira pessoa, e ver como essa pessoa explica as mudanças positivas na sua vida.

Outro ponto importante na comunicação empática tem a ver com qualidade e abrangência da comunicação. Na verdade, se queremos “furar” o ruído da comunicação, que nos inunda diariamente pelos múltiplos meios, temos de ter a certeza de que produzimos algo com criatividade e qualidade suficiente, para que chame a atenção do público. Como isso exige meios e recursos técnicos, é aconselhável que as associações encontrem parcerias estratégicas com agências de comunicação e publicidade, que simultaneamente têm a capacidade criativa, os meios técnicos e os canais de distribuição, para chegar ao público-alvo pretendido. Fazer uma comunicação, com poucos recursos e competências, poderá levar a produtos de pouca qualidade e por isso pouco atrativos.

Por último, nestes aspetos críticos, temos a transparência e a responsabilização. É uma das ferramentas de mobilização mais poderosas, porque uma organização transparente é uma organização credível, de confiança. Quando as organizações reportam sobre os seus resultados e impactos de forma aberta as pessoas sentem que podem depositar a sua confiança, e por inerência o seu apoio nessa organização.

E porquê fazer tudo isto? Porque se continuarmos a comunicar institucionalmente pregamos aos convertidos. Estima-se que o número de pessoas que valorizam a comunicação institucional (sem prévia comunicação empática) seja 1% das pessoas do mundo. Se esta estimativa for real, estamos a negligenciar 99% das pessoas do mundo, ao não fazer comunicação empática. Como organizações que precisam de donativos, apoio e mobilização/ativismo, não podemos negligenciar o mundo. Ou o mundo negligencia-nos de volta.



Sara Ferreira

Diretora Técnica – Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL-UMP)

Gratuidade das creches: a realidade presente e os desafios futuros

O Governo implementou o alargamento da gratuitidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação, bem como das amas do Instituto da Segurança Social, I.P. Assim, no ano letivo 2022-2023, para além das famílias que se enquadram nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos da comparticipação familiar, também as crianças nascidas após 1 de setembro de 2021 beneficiam desta medida. Um apoio que será, sem dúvida, impactante no que diz respeito ao aumento da natalidade no nosso país, bem como à conciliação da vida pessoal e profissional das famílias, que vêm esta medida como um incentivo à sua autonomização e ao desenvolvimento de projetos de vida mais estáveis.

Este investimento do Estado, que congratulamos, torna-se especialmente

relevante atendendo ao facto de que se prioriza a admissão de crianças em situação de vulnerabilidade económica e social (por exemplo, filhos de mães e pais estudantes menores, beneficiários da prestação social Garantia para a Infância, crianças com abono de família no 1.º e 2.º escalão, agregados monoparentais ou famílias numerosas...), pelo que a União das Mutualidades Portuguesas e todas as outras entidades do setor social com acordos de cooperação vêm consignada a sua missão de dever, inclusão e proteção social.

É fulcral continuar a dar passos no que diz respeito a esta matéria. O Centro Infantil Dr. António da Costa Leal, equipamento social gerido pela UMP, tem neste momento 55 crianças abrangidas pela gratuitidade, tendo o estabelecimento a capacidade de 84 vagas. Todavia, se já anteriormente se regis-

tavam níveis acentuados de procura para esta resposta social, atualmente esta realidade é ainda mais evidente e expressiva, pelo que as listas de espera tendem a aumentar cada vez mais. Importará, assim, que esta política pública seja acompanhada pela construção de mais creches, acessíveis a todas as crianças e detentoras das condições e recursos necessários ao seu desenvolvimento integral. Desta forma, avançaremos no caminho certo para uma plena igualdade de oportunidades e para um acolhimento de excelência na primeira infância.

“O CIDACL tem neste momento 55 crianças abrangidas pela gratuitidade”.

A “nova” Chama Mutualista em roteiro pelo país

- 🔥 Traduz a força e a vitalidade movimento mutualista
- 🔥 Valoriza iniciativas, eventos e causas solidárias
- 🔥 É transmitida de mutualidade em mutualidade, por todo o país
- 🔥 Milhares de quilómetros percorridos do Minho ao Algarve
- 🔥 Fortalece os laços entre os mutualistas e as mutualidades
- 🔥 A “nova” Chama, de design impactante e moderno, foi concebida em bronze, de forma cilíndrica, recortada pela imagem do logótipo da UMP, por onde irradia luz presente no interior da estrutura



Os grandes desafios do mutualismo, segundo estudo do ISCTE

O movimento mutualista é um setor dinâmico, com uma capacidade instalada ao nível dos equipamentos e serviços, distribuída por todo o território nacional, que disponibiliza benefícios e serviços sociais a mais de um milhão de associados (1 084 363 pessoas singulares e 46 123 membros coletivos) e 2,5 milhões de beneficiários.

A Conta Satélite da Economia Social (ano de referência 2016, Instituto Nacional de Estatística) revela o peso do setor na economia. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) das mutualidades em Portugal era de 380 M€, representando 8,1% do VAB gerado no contexto da economia social, que, no seu conjunto pesa 3% do VAB da economia nacional.

O mutualismo gera emprego, seja nas áreas da proteção social, da saúde ou da ação social. Ainda de acordo com a Conta Satélite da Economia Social, as associações mutualistas tinham ao seu serviço, mais de 5.300 pessoas, sendo que mais do que 4.800 a tempo completo.

Estes dados são realçados no primeiro estudo de caracterização do

O Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal é o primeiro documento que sistematiza a informação sobre várias dimensões da ação das mutualidades e que analisa e aponta caminhos para o futuro.

movimento mutualista em Portugal, desenvolvido pelo ISCTE-IUL para a União das Mutualidades Portuguesas e que foi materializado por uma equipa de investigação coordenada por Luís Capucha e constituída ainda pelos investigadores Alexandre Calado e Gisela Ferreira.

Este estudo, que oportunamente a União das Mutualidades Portuguesas publicará na íntegra, faz um retrato da evolução e crescimento do setor em Portugal, aborda os desafios e aponta caminhos para o futuro.

Procurando estabelecer um perfil do associativismo mutualista, os investigadores notam que o Movimento combina um conjunto de associações com elevada dinâmica associativa e na prestação de serviços e benefícios, e um conjunto de associações de pequena dimensão e com um campo de intervenção local.

O “fechamento das entidades sobre si mesmas” contribuiu para o desconhecimento da sua existência e da atividade dos parceiros, fazendo, também, com que as estruturas associativas sejam “crescentemente envelhecidas” e com reduzida participação de mulheres e jovens.

Olhando para os desenvolvimentos recentes, os investigadores referem que o mutualismo é, na atualidade, “um movimento com uma identidade forte, diversificado, com um potencial de desenvolvimento elevado e capaz de contribuir para as soluções necessárias à recalibragem dos sistemas de bem-estar à disposição do país”.

Porto e Lisboa concentram o maior número de associações mutualistas em atividade.

DR



As respostas sociais têm vindo a ganhar peso na atividade mutualista

Previdência e saúde são as áreas mais relevantes

O sector mutualista em Portugal é constituído por mais de 100 associações, na sua maioria com grande longevidade e tradição, remontando ao século XIX e à primeira metade do século XX a constituição de cerca de 80 % das mutualidades existentes.

A atividade mutualista, em termos regionais, tem expressão sobretudo nas Regiões Norte, Centro e de Lisboa, destacando-se o peso que os distritos do Porto e de Lisboa têm ao concentrarem uma maior proporção de associações.

A ação das mutualidades ao nível da previdência, um dos seus fins fundamentais, desenvolve-se numa lógica de complementaridade ao Estado, em concorrência com as companhias de seguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões.

No que concerne aos serviços e benefícios de saúde, outro dos fins fundamentais das associações mutualistas, a sua ação desenvolve-se numa lógica substitutiva, na qual a sua articulação com o sistema de saúde é de simples cooperação, atuando como

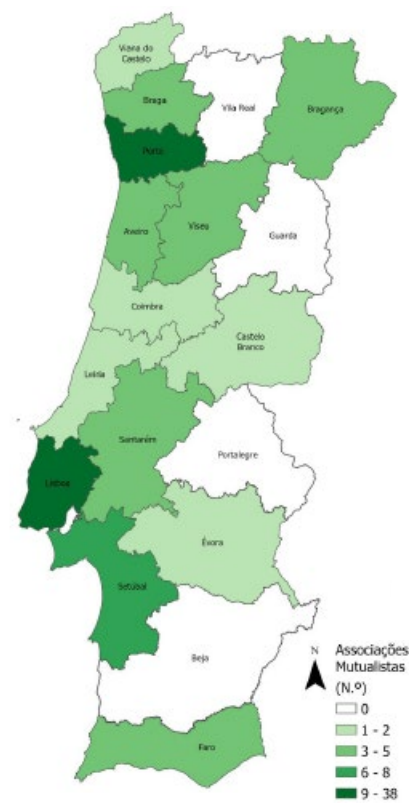
As mutualidades têm na previdência e na saúde os seus fins fundamentais, mas a ação social tem vindo a ganhar protagonismo nas últimas décadas.

instrumentos do Serviço Nacional de Saúde em igualdade de condições com os prestadores privados.

Nas últimas décadas, a ação social tem vindo a ganhar protagonismo, com as mutualidades a promoverem ofertas ligadas ao apoio à terceira idade, infância, combate à pobreza e exclusão social, entre outras.

Falta de dimensão limita desenvolvimento do Movimento

O perfil envelhecido dos associados constitui um “problema crítico de sustentabilidade das associações”



Fonte: “As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do século XXI”.

Na análise aos desafios do setor, o estudo evidencia que o movimento mutualista tem vivido um período de “alguma revitalização” na última década, na linha da crescente influência no espaço social do setor da Economia Social.

Período esse que corresponde à preocupação em inverter uma certa estagnação, seja pelo aumento do dinamismo das estruturas federativas representantes do movimento e da sua ação junto das associações mutualistas, seja pela “ténue, mas progressiva, renovação e rejuvenescimento das estruturas dirigentes das instituições”.

A esse nível, é destacado o trabalho cooperativo e de parcerias para o desenvolvimento de atividades e oferta de produtos, de que o Mutual-In é exemplo, a oferta e diversificação de valências, renovação da imagem e da comunicação e a contenção da perda acentuada do número de associados.

A falta de dimensão do mutualismo como movimento associativo (em número de associações, sua dimensão e distribuição no território) e a existência de um número significativo de instituições com reduzida atividade e com estruturas de gestão deficitárias, suscitam

limitações. Desde logo, quanto à capacidade de crescimento, desenvolvimento de parcerias, capacidade de resposta ao mercado global e reconhecimento mais alargado. Por outro lado, afetam a capacidade de desenvolvimento de produtos, como os seguros, por falta de escala para serem competitivos.

O perfil envelhecido dos associados constitui um “problema crítico de sustentabilidade das associações”, sobretudo para as que têm como principal resposta os subsídios de sobrevivência e de funeral.

Reconhecendo os “esforços recentes”, os investigadores consideram que o mutualismo continua a enfrentar o problema da falta de visibilidade e de reconhecimento social, com correspondência na falta de reconhecimento pelos poderes políticos da ação e do papel do Movimento mutualista nos cuidados de saúde, nas respostas sociais e na previdência social.

As dificuldades em tornar as ofertas mutualistas competitivas no mercado, perante a concorrência do setor privado, por exemplo ao nível dos seguros e das ofertas de saúde, é outro dos constrangimentos sublinhados.

A história e a implantação nos territórios são pontos fortes

Pensar o futuro implica analisar aqueles que são os pontos fortes de um movimento com mais de oito séculos e as oportunidades de crescimento.

A riqueza da sua história de mais de oito séculos, na qual sempre se evidenciou por estar onde o Estado, em cada momento, não conseguia chegar, e, em certa medida, por complementar a sua ação, é um dos pontos fortes.

As mutualidades tiveram um papel decisivo nos fundamentos do Estado-Providência, no desenvolvimento de uma cidadania ativa e responsável, na emergência das modalidades de proteção e no associativismo livre. Este estudo do ISCTE-IUL considera, ainda, que a história do movimento “constitui um alicerce de sustentabilidade para o estabelecimento de objetivos de médio e longo prazos”.

“A profunda e importante implantação” das mutualidades nos territórios

O microcrédito e o desenvolvimento de serviços de saúde de proximidade são áreas com margem de crescimento na atividade mutualista.



Estudo sugere que mutualidades desenvolvam ofertas de microcrédito

em que atuam, é outro aspeto positivamente realçado, pelo apoio de proximidade e intermediação local que pode proporcionar.

Nesse contexto, os investigadores entendem que as associações mutualistas poderiam encarar como oportunidade, o desenvolvimento de ofertas de microcrédito que permitissem subsidiar as respetivas comunidades onde estão inseridas. Desse modo, acrescentam, estariam a cobrir uma lacuna existente, uma vez que o sistema financeiro não tem incentivo para o desenvolvimento destes produtos.

A prossecução de serviços de saúde de proximidade é uma área onde o mutualismo cumpre um papel social relevante e terá, segundo os investigadores, margem de crescimento.

Uma dimensão em que as associações mutualistas revelam uma força própria é a sua capacidade instalada, ao nível dos equipamentos e das modalidades de proteção, e a dinâmica associativa.

Noutro plano, são sublinhados os avanços registados pelas estruturas federativas de representação, ao nível da influência junto das instâncias de decisão política, e nos órgãos federativos internacionais.

A crescente necessidade de ofertas complementares ao Estado Social, seja ao nível das pensões, seja ao nível da saúde, criam, na ótica dos autores do estudo, “um espaço para a ação complementar, mas relevante, do mutualismo, nomeadamente junto de públicos-alvo, como as pessoas idosas, pessoas com deficiência ou famílias em risco de pobreza”.

As quatro áreas de intervenção prioritária

O Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal preconiza quatro áreas de intervenção, tendo em vista a atualização e revitalização dos valores mutualistas de redistribuição solidária e reforço do seu posicionamento na sociedade.

A primeira é o crescimento estratégico e sustentado do movimento mutualista, por três vias: o aumento do número de associações (através da criação de novas instituições ou da revitalização das que apresentam escassa atividade), da sua dimensão e distribuição do território nacional.

A segunda área de intervenção proposta é a ampliação das valências, onde a saúde e as respostas sociais assumem um papel de crescente importância, e alargamento da rede de ofertas mutualistas, que permitirá gerar mais receitas e aumentar a influência junto da população e dos parceiros estratégicos nas suas áreas de atuação.

A terceira área de intervenção prende-se com os modelos e práticas de gestão das associações mutualistas. O estudo recomenda a profissionalização e modernização das associações, uma vez que o alargamento do campo de atuação das mutualidades, numa trajetória de crescimento aliado ao equilíbrio dos objetivos sociais e da sua

Crescimento sustentado, ampliação de valências, modelos de gestão profissionalizados e reconhecimento da utilidade social do mutualismo são prioridades estratégicas.

sustentabilidade financeira, não é compatível com modelos de gestão tradicionais em regime de voluntariado.

O quarto eixo de intervenção está relacionado com o aumento da visibilidade pública da causa mutualista e o reconhecimento da sua utilidade social do seu papel no sistema social e solidário. O marketing social, investimento na realização de estudos nas várias áreas de intervenção das associações mutualistas, a priorização da juventude

de nas iniciativas de promoção da visibilidade do mutualismo (nas escolas e movimentos de juventude, por exemplo) e estratégias de aproximação às instituições de ensino superior, são algumas propostas referidas no estudo.

A pressão de fatores como o envelhecimento, a transição tecnológica, o aumento das despesas sociais e a globalização dos mercados, tende a abrir espaço nas políticas de proteção social a outras soluções. Com o Estado-Provi-



A ampliação das valências de saúde e das respostas sociais é uma das prioridades apontadas

dência a atingir o limite da sua sustentabilidade e os seguros privados, a registarem um crescimento limitado, os investigadores assinalam que alguns países têm vindo a promover parcerias com as entidades da economia social e, nesse, campo, as associações mutualistas estarão bem posicionadas.

Mudar o foco das ofertas mais tradicionais como o subsídio de sobrevivência ou de funeral e alargar o leque de serviços e benefícios que respondam às preocupações dos associados e às oportunidades e necessidades locais é uma das sugestões dos autores deste Estudo. E, nesse capítulo, recomendam áreas com potencial de crescimento: a saúde, pensões complementares, respostas sociais, literacia e formação, seguros e iniciativas de integração comunitária.

As ofertas de serviços de saúde, farmácias sociais e comparticipação medicamentosa têm crescido exponencialmente entre as associações mutualistas, mas terão, segundo os autores, “um potencial muito grande de crescimento”.

Os cuidados continuados e os cuidados de saúde domiciliários são áreas em que o mutualismo poderá ter um papel importante a desempenhar, assim como na exploração de nichos



As ofertas de serviços de saúde têm potencial “muito grande” de crescimento.

com reduzida oferta pública, como a saúde oral, fisioterapia e reabilitação.

Além da pertinência da aposta nas pensões complementares, o Estudo reconhece que as respostas sociais, especialmente as vocacionadas para os seniores, vão ao encontro das necessidades das comunidades, e contribuem para a sustentabilidade financeira das instituições e para uma maior relevância local e social das mutualidades.

Sendo certo que as caixas económicas e os seguros vêm perdendo espaço no contexto do associativismo mutualista, os autores do estudo identificam algumas áreas a explorar, como o microcrédito e os seguros de cobertura de risco social.

O trabalho em rede na perspetiva da sustentabilidade das associações, a introdução de elementos de inovação nos produtos e projetos prosseguidos e o reconhecimento do poder político da importância do mutualismo constituem outras frentes de intervenção do setor.

O mutualismo precisa de mudar o foco das ofertas mais tradicionais e alargar o leque de serviços e benefícios que respondam à preocupação das pessoas

“É preciso trazer o mutualismo para as instituições de ensino superior”

“A economia social precisa muito do contributo da academia, precisa que olhemos para ela, a estudemos, dialoguemos com o setor, procurando ajudá-lo a construir respostas”

A celebração de um protocolo de cooperação com o Instituto Politécnico do Porto, através do ISCAP, no âmbito do Mestrado de Mestrado em Gestão e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social, representa mais um passo na aproximação do mutualismo à academia. Uma relação que o Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, considera “estratégica”, no plano do estudo e da afirmação do mutualismo na sociedade. “Os estudos sobre a história, a caracterização do setor e das organizações mutualistas do século XXI contribuíram para um maior reconhecimento das mutualidades e do seu papel, junto dos estudantes, dos investigadores e da sociedade”, afirma.

Deolinda Meira, coordenadora do Mestrado e investigadora do Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto, admite uma grande preocupação em chamar os atores da economia social ao ISCAP. “Temos uma estrutura curricular definida, que tem o objetivo primordial de formar pessoas que possam contribuir para a profissionalização da gestão, melhoria da comunicação interna e externa das organizações da economia social, e fomento destas organizações, no sentido de procurarmos também, incubar dentro do mestrado, no âmbito dos trabalhos finais, a criação de entidades da economia social. E temos já, felizmente um projeto de constituição de uma associação mutualista que correspondeu à primeira edição deste mestrado”, assinala.

Este diálogo e o subsequente protocolo são um sinal da maior proximidade entre a academia e a economia social, e, neste caso o mutualismo. “A economia social em Portugal padecia durante algum tempo de um abandono por parte da academia, abandono esse que terminou há cerca de 10 anos. A academia começou a olhar para a economia social com interesse, no sentido em que é um setor de enorme relevância social,

mas também económica, enquanto empregadora e enquanto entidade que assume formal e materialmente algumas funções do Estado”, sublinha Deolinda Meira. E, nessa lógica, entende que a economia social “precisa muito do contributo da academia, precisa que olhemos para ela, a estudemos, dialoguemos com o setor, procurando ajudá-lo a construir respostas para enfrentar melhor os desafios do presente e do futuro e a capacitar-se”.

Numa análise mais circunscrita ao universo mutualista, a investigadora sublinha que “o mutualismo é uma área da economia social de extrema relevância, pela sua história precursora do atual sistema de previdência social pública, porque num contexto em que se fala de uma crise do sistema público, o mutualismo tem aqui um papel relevantíssimo a desenvolver, porque é preciso divulgar também o mutualismo junto de um conjunto de entidades, desde sindicatos, entidades empregadoras, às próprias entidades públicas”.

Deolinda Meira considera que “há uma necessidade de fazer com que este setor se torne o mais transparente possível perante os outros setores, quer públicos, quer privados, com os quais tem que conviver”. Nessa me-



Deolinda Meira: “o mutualismo é uma área da economia social de extrema relevância”

didada, sustenta que “é preciso trazer o mutualismo para as instituições de ensino superior, estudá-lo e, sobretudo, divulgá-lo junto dos jovens”, que precisam de conhecer, “desde a mais tenra idade, o que é o setor da economia social, quais são as suas famílias e o papel que desenvolve”.

Esta relação mais próxima da economia social e do mutualismo com a academia traduz-se na produção de conhecimento. “Um conhecimento construído em diálogo”, acrescenta a investigadora.

“Nós não nos podemos fechar nos nossos gabinetes, nas nossas salas de

aula, centrados nos nossos manuais. Como costumo dizer: uma coisa é falar de touros, outra coisa é estar na arena. Temos de ir à arena, falar com os atores, perceber as dificuldades, as necessidades e dar o nosso contributo do ponto de vista académico para um melhor desempenho destas entidades”, sublinha.

Para Deolinda Meira, este diálogo entre a academia e as entidades da economia social tem que existir “obrigatoriamente”, seja nos trabalhos de dissertação, nos projetos, estágios e nos seminários. “É essa linha que estamos a trabalhar no ISCAP, no contexto do nosso Mestrado”, remata.

“Nós não nos podemos fechar nos nossos gabinetes, nas nossas salas de aula, centrados nos nossos manuais. Como costumo dizer: uma coisa é falar de touros, outra coisa é estar na arena. Temos de ir à arena”

A própria União Europeia assumiu a dimensão social como prioritária na sua ação. O pilar europeu dos direitos sociais “inspira-se no ADN das organizações da economia social e mais não é do que a assunção, por parte das instâncias da União Europeia, da relevância deste setor, da sua importância económica e social e do seu papel para a construção de um mundo melhor”.

Deolinda Meira acredita que a economia social tem “um papel importantíssimo na construção de um futuro mais sustentável, mais justo, igualitário e mais solidário”. E, nos tempos que vivemos, “estes valores não podem ser esquecidos”.

Uma associação mutualista que nasce num Mestrado pela mão de um cooperativista

Tiago Pombeiro entrou no universo da economia social através de uma cooperativa que criou com amigos. Sentiu necessidade de saber mais sobre este universo e ingressou no Mestrado de Gestão e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social, no ISCAP. Nas aulas, começou a fazer sentido na sua cabeça a ideia de que as cooperativas e as associações mutualistas se poderiam complementar. “Não faz sentido ter uma cooperativa, se não houver uma associação mutualista por perto. Nós associamo-nos numa cooperativa para resolver um problema no presente e a associação mutualista vai resolver um problema que poderá aparecer a médio ou longo prazo”, considera Tiago Pombeiro.

Quando no 2.º Ano do Mestrado teve que optar entre elaborar uma tese ou desenvolver um projeto, o seu lado mais prático levou-o a escolher um projeto de criação de uma associação mutualista. E, hoje, está com um pé no cooperativismo e outro no mutualismo.

A associação mutualista que se ergueu dentro dos muros da academia vai abrir-se ao mundo. A “Mutualiza-te” quer ser uma mutualidade



Tiago Pombeiro tem um pé no cooperativismo e outro no mutualismo.

de plenos direitos, assegurando um complemento de segurança social a um universo de mais de 700 mil portugueses que são trabalhadores independentes (e os trabalhadores cooperadores que se equiparam). Enquanto um trabalhador por conta de outrem tem acesso à baixa por doença ao fim de três dias, o trabalhador independente só conquista esse direito ao fim de 11 dias. É este hiato significativo entre o dia em que o trabalhador deixa de trabalhar e o dia em que começa a receber algum apoio, que a associação pretende colmatar.

“Temos ideias para mais benefícios, mas nesta fase de arranque, o principal será este benefício complementar de segurança social de apoio à doença” – afirma Tiago Pombeiro, admitindo que a associação também estará aberta a trabalhadores por conta de outrem e a outros benefícios, no futuro, nomeadamente apoios à qualificação profissional e formação, no caso de profissões que venham a ser extintas.

E assim nasce mais uma organização no universo mutualista, fruto de um trabalho académico de alguém com raízes no cooperativismo.

“Um contributo fundamental para a valorização da história do mutualismo em Portugal”

2022 fica marcado pelo lançamento de uma terceira obra que valoriza o estudo e a divulgação do percurso histórico do Mutualismo na sociedade portuguesa. Editado pela União das Mutualidades Portuguesas, “Breve História do Mutualismo em Portugal” é um livro que nos apresenta uma síntese do percurso histórico das ideias e práticas mutualistas, em Portugal e na Europa.

A obra mostra como o longo trajeto das formas de assistência social e previdência evoluiu de um associativismo assente em práticas de reciprocidade para formas mais instituídas de associação, a exemplo das associações de socorros mútuos. A evolução dos modelos institucionais de mutualismo também beneficiou claramente de movimentos sociais e de ideias como o cooperativismo, o sindicalismo operário e o associativismo de cultura e recreio.

“Este livro é um contributo fundamental para o conhecimento e a valorização da história de 846 anos do mutualismo em Portugal, além de uma leitura imprescindível para mutualistas, investigadores, estudantes e interessados sobre a temática do mutualismo e da economia social, mas também para dirigentes da administração pública, central e municipal, e público em geral”, considera Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas.

“Breve História do Mutualismo”, com lançamento e sessão de autógrafos nas comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, tem a assinatura de Álvaro Garrido, professor catedrático da Universidade de Coimbra, autor reconhecido e com vasta obra publicada nas áreas da história económica e social, história das instituições da economia social, corporativismo e das pescas.

“Para reforçar a dinâmica e a consciência identitária das organizações mutualistas atuais seria bom fazer este exercício de memória histórica e inserir retrospectivamente as mutualidades e o movimento mutualista, bem como, os seus precedentes numa história global da economia social”, considera o autor.

“Breve História do Mutualismo em Portugal” é a terceira obra editada e publi-

cada pela União das Mutualidades Portuguesas depois do lançamento em 2021 e janeiro de 2022 de “Origens do Mutualismo em Portugal” e “História do Mutualismo nas Ex-Colónias Portuguesas”, ambas da autoria dos investigadores Joana Dias Pereira e Rui Henriques, da Universidade Nova de Lisboa.

A União das Mutualidades Portuguesas propõe-se lançar, oportunamente, mais dois livros, que resultam de trabalhos de investigação, do ISCTE-IUL e da Universidade de Aveiro, e que procuram reunir e disponibilizar um conjunto de informações relevantes que representam um grande contributo para a caracterização e o reconhecimento do Movimento Mutualista, das suas organizações, e do seu papel fundamental para a coesão social em Portugal.



Álvaro Garrido, na apresentação da obra e na sessão de autógrafos

O papel do Mutualismo na Nova Europa Social

Os novos dados sobre as origens do movimento mutualista em Portugal levaram a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) a agendar a celebração do Dia Nacional do Mutualismo, que acontecia a 8 de julho, para o dia 27 de maio, mês em que foi constituída aquela que terá sido a primeira organização a reger-se pelos princípios mutualistas.

“O papel do mutualismo na nova Europa Social” foi o tema central do

evento, que voltou a realizar-se no Hotel Solverde, em São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, e que terá sido das edições mais participadas e com um público mais abrangente, desde personalidades das mutualidades dos meios políticos e autárquicos, do universo da economia social, das universidades, da comunicação social, música e outras áreas da sociedade.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, sublinha-

ria, na sessão de encerramento, o papel das mutualidades na mitigação das consequências económico-sociais da pandemia e da guerra na Ucrânia.

Comemorar o Dia Nacional do Mutualismo – considerou o Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, - é “celebrar um legado histórico valiosíssimo, uma presença marcante nos territórios, cuidando e protegendo os portugueses, e um modelo

seguro, de futuro e sustentável, complementar dos sistemas públicos de saúde e proteção social”.

Dário Silva, Vereador dos Equipamentos e Serviços de Saúde e Habitação da Câmara Municipal de Vila de Gaia, e Tiago Preguiça, Presidente da Direção Geral da Segurança Social, participaram na sessão de abertura.

O Papel do Mutualismo na Nova Europa Social foi o tema central da conferência, realizada num contexto de pandemia e de uma guerra. Participaram nesta reflexão, moderada pela jornalista Fátima Araújo (RTP): Paulo Rangel, eurodeputado; Filipe Almeida, Presidente da Estrutura Missão Portugal Inovação Social, Adalberto Campos Fernandes, ex-Ministro da Saúde; e Juan António Pedreño, Presidente da Social Economy Europe (em vídeo).

Momento evocativo dos 846 anos do mutualismo em Portugal com a investigadora Deolinda Meira (IS-CAP-Porto) e o professor catedrático Álvaro Garrido (Universidade de Coimbra).



1. Gabriel Bastos
2. Luís Alberto Silva
3. Tiago Preguiça
4. Dário Silva
5. Miguel Reis



Personalidades e projetos distinguidos

As personalidades que se distinguem, pela sua ação e pelo seu percurso, no quadro dos valores do mutualismo, cidadania e solidariedade, os projetos que impregnam inovação no movimento mutualista e os trabalhadores cujo desempenho são reconhecidos anualmente pela União das Mutualidades Portuguesas, na cerimónia evocativa do Dia Nacional do Mutualismo.



António Costa

Prémio Cidadania e Solidariedade

Primeiro-Ministro de Portugal - Distinguido pela sua ação na definição e prossecução de políticas públicas mitigadoras do impacto económico e social da pandemia e da guerra na Ucrânia e empenhamento na agenda europeia para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Além disso, a especial atenção que tem dedicado à compreensão e valorização do setor social, e das mutualidades em particular, enquanto pilar do Estado Social.



Juan António Pedreño

Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional

Presidente da Social Economy Europe – Pelo seu notável papel na afir-

mação da economia social na Europa, tendo sido um visionário e o principal impulsionador da primeira lei de bases da economia social no mundo.



José Carvalho

Prémio Mutualismo e Solidariedade

Presidente da ASM Fraternal dos Artistas Vilafranquenses – Pelo seu percurso de vida dedicado às causas sociais e do associativismo, em particular do mutualismo, e dos mais vulneráveis.



Luciano Seromenho

Prémio Mutualismo e Solidariedade

A título póstumo, pelo relevante contributo que deu ao desenvolvimento da ASM Protetora dos Artistas de Faro e do mutualismo e pelo trabalho realizado a favor da comunidade da sua

região e da instituição que dirigia. Em representação da família, recebeu o Prémio João Esteves, Dirigente da ASM Protetora dos Artistas de Faro.



Casa Moura (Mutualista Covilhanense)

Prémio Inovar Para Melhorar

Projeto de acolhimento e integração de jovens migrantes sem acompanhamento familiar. Dos cinco projetos candidatos, foi o mais votado pelo júri constituído Eduardo Graça (Presidente da CASES), Filipe Almeida (Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social) e Pedro Portugal Gaspar (Inspetor-Geral da ASAE).



Susana Neves

Prémio Trabalhador do Ano

De entre os cinco candidatos, foi a mais votada no processo de votação online que decorreu no site mutualismo.pt. O compromisso com a instituição e os utentes, com responsabilidades acrescidas durante a pandemia, foram motivos que levaram o Legado do Caixeira Alentejano a submeter a sua candidatura ao Prémio.



IV Reunião Anual de Presidentes Mutualistas

PRR e Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em análise

António Costa e Silva foi o convidado central da IV Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, que decorreu no Grande Hotel do Luso, na Mealhada. Hoje, Ministro da Economia, era, na altura, Presidente da Comissão de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, a convite da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), veio partilhar a visão estratégica para Portugal, que esteve na base da construção do PRR.

As mutualidades aproveitaram o momento para alertar para alguns critérios de análise e hierarquização das candidaturas à requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais que condicionavam, à partida, o sucesso de vários projetos.

O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, manifestou a sua incompreensão pelo facto de “as entidades da economia social não tenham acesso aos mesmos montantes de financiamento, através do PRR, que as demais entidades públicas e privadas, para medidas no âmbito da transição digital e climática”.

Outro ponto alto do programa foi a apresentação do Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista (ver destaque, nas páginas 24 a 29), desenvolvido pelo ISCTE para a UMP, que faz um retrato do setor e projeta os seus grandes desafios estratégicos para o futuro.

A fechar o evento, decorreu a sessão de autógrafos do livro “História do

Mutualismo nas Ex-Colónias Portuguesas, pelos autores Joana Dias Pereira e Rui Henriques.



III Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas

A diversidade de papéis da mulher na sociedade em debate

Organizado pela União das Mutualidades Portuguesas (UMP), o evento decorreu na Universidade de Aveiro (UA) e teve como temática central “A diversidade de papeis da mulher na sociedade” com base na igualdade de género na agenda do mutualismo.

Luís Alberto Silva, presidente da UMP, na abertura dos trabalhos, lembrou que, “é fundamental que as mulheres tenham voz no rejuvenescimento do movimento mutualista, aportando novas mundividades e novas temáticas no quotidiano da gestão das mutualidades”.

A sessão contou com a presença de Teresa Granjo, vereadora do Município de Aveiro e o Vice-Reitor da UA, Luís Castro, que assistiram ao painel moderado pela investigadora Teresa Carvalho, da UA, que esteve à conversa com as deputadas Carla Madureira (PSD) e Cláudia Santos (PS) e dois Presidentes Mutualistas.

A Presidente da Glória Portuguesa, Isabel Silva, realçou que aceitou o desafio de dirigir a Associação, porque o esforço da família lhe permite conciliar o emprego com a atividade associativa e por razões sentimentais, uma vez que o seu pai fora também líder da instituição.

Já o Presidente d'A Beneficência Familiar, Carlos Jorge Silva, reconheceu que “a participação das mulheres faz falta na gestão das mutualidades” e concordaria com “uma lei da paridade para as mutualidades”, como acontece em determinados órgãos do poder político.

A investigadora da Universidade Nova de Lisboa Virgínia Baptista, lembrou que a história do mutualismo também é feita de movimentos de afirmação da mulher, nomeadamente no século XIX, quando criaram associações mutualistas exclusivamente femininas, para responder às suas necessidades específicas a que as associações apenas constituídas por homens não atendiam.

No encerramento, Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, lembrou o drama que atinge as mulheres ucranianas, na proteção dos filhos e das famílias, em face da invasão russa.

Jornadas Mutualistas Regionais

25 mutualidades envolvidas em processo de capacitação

Mais de 60 dirigentes e técnicos de 25 mutualidades participaram nas Jornadas Mutualistas Regionais, que decorreram entre outubro de 2021 e junho de 2022, em Espinho e Setúbal.

Este programa de capacitação permitiu apoiar as associações participantes a diagnosticar as suas principais fragilidades, adquirir competências em matérias nucleares da gestão das organizações e elaborar um plano de desenvolvimento, processo acompanhado pela consultora “Stone Soup” que ministrou as sete sessões do programa.

Mutualidades perspetivam futuro à luz da estratégia dos fundos europeus

Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos: “É cada vez mais essencial contarmos com a complementaridade do terceiro setor, e muito em particular das mutualidades, para encontrarmos as melhores soluções”.



Os grandes objetivos estratégicos e as principais áreas de programação e respetivas dotações no âmbito do Portugal 2030 foram apresentados ao setor social, em setembro, no Conselho Nacional da Economia Social. Considerando a importância de partilhar aquelas que serão as grandes linhas de orientação do financiamento público para os próximos anos com as associações mutualistas, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) colocou o tema em cima da mesa no XI Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, que se realizou no mês seguinte, em Coimbra, na Casa da Mutualidade, d'A Providência Portuguesa.

Amélia Silva, técnica do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, apresentou as grandes opções programáticas e as oportunidades que este quadro comunitário de apoio abre para o setor social.

Alexandra Neves, representante na Região Centro da Estrutura de Missão Por-

tugal Inovação Social, destacou o que tem sido o papel dos incentivos à inovação social em Portugal e a Agenda para o Impacto 2030 que deverá reforçar o financiamento à inovação social.

Numa sessão moderada por Luís Duarte, Secretário Técnico do Centro 2020 (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), Helena Melo e José Ambrósio, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, apresentaram as diversas medidas de apoio à contratação de recursos humanos pelas mutualidades, incluindo a integração em estágios nas organizações.

Numa intervenção em que enumerou os desafios que se colocam ao Estado, à UMP enquanto entidade representativa do setor mutualista e aos dirigentes das mutualidades, Luís Alberto Silva, Presidente da UMP, lembrou que o movimento mutualista pagaria “muito cara” a inação, se desperdiçasse as oportunidades que representam o Portugal 2030.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, endereçou uma mensagem em vídeo aos participantes, na qual sublinhou “o papel determinante do mutualismo na construção do Estado moderno e do Estado Providência”.



Luís Alberto Silva
Presidente da União das Mutualidades Portuguesas



Ana Cortez
Vereadora da Acção Social



Martins de Oliveira
Presidente A Presidência Portuguesa



José Carvalho
Dirigente da União das Mutualidades Portuguesas

Portugal 2030 reserva 8 mil milhões para área social até 2027

Os fundos destinados à área social representam 35% dos 24 mil milhões a aplicar em Portugal no novo quadro comunitário de apoio.

O acordo de parceria Portugal 2030, apresentado no Conselho Nacional da Economia Social (CNES), reserva cerca de 35 por cento dos 24.182 milhões de euros que serão aplicados em Portugal até 2027 à área social.

O emprego, qualificação e inclusão social constituem as principais áreas de programação do Portugal + Social, estando destinados à demografia, qualificações e inclusão 5.691 milhões de euros.

Neste âmbito, estão considerados apoios a medidas no âmbito da contratação, estágios e criação do próprio emprego, assim como da participação equilibrada no mercado de trabalho, igualdade e conciliação entre a vida profissional e pessoal. Medidas tendo em vista a educação e formação, incluindo superior e avançada, e a formação de adultos ao longo da vida, beneficiarão igualmente de apoios.

Estão previstos, ainda, apoios à integração de grupos vulneráveis na sociedade e no mercado de trabalho, igualdade de acesso a serviços de educação desde o pré-escolar ao ensino superior, envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças, qualidade e diversificação da provisão dos serviços sociais e de saúde, combate à privação material e medidas de acompanhamento.

Ainda que as medidas não sejam desenhadas especificamente para o setor social, as instituições sociais poderão ser elegíveis para apoios no âmbito da transição digital.

Os apoios previstos no Portugal 2030

Emprego

- Medidas de melhorias de acesso ao emprego (estágios, contratação e reforços de serviços de apoio)

Qualificação

- Medidas de adaptação dos trabalhadores, empresas e empresários
- Diversidade de ofertas de formação, incentivos
- Medidas de igualdade de acesso e a conclusão de uma educação inclusiva e de qualidade (cursos profissionais e de curta duração, formação avançada e reforço/modernização da formação doutoral, sistema de antecipação de competências para o emprego.
- Medidas de promoção de cultura científica,
- Medidas de promoção da aprendizagem ao longo da vida (Centros Qualifica, centros especializados em qualificação de adultos e processos RVCC)
- Medidas de melhoria da igualdade de acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, formação e aprendizagem ao longo da vida com apoio para criação de infra-estruturas e equipamentos de ensino superior, acolhimento de crianças e educação obrigatória (apenas regiões autónomas)

Inclusão Social

- Medidas de promoção da participação equilibrada de género no mercado de trabalho (combate à segregação profissional e mitigação do gap salarial), estruturas e apoios

- à conciliação e apoio a vítimas de violência.
- Medidas de inclusão ativa (cursos de educação e formação de jovens e adultos CEF e EFA
- Inserção socioprofissional das pessoas ciganas e/ou outros grupos desfavorecidos
- Promoção de aprendizagem da língua portuguesa para cidadãos estrangeiros
- Qualificação e apoios ao emprego para pessoas com deficiência ou incapacidades
- Capacitação para públicos estratégicos em diversas áreas de discriminação
- Medidas de reforço da igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade sustentável e a preços acessíveis (apoio a estudantes do ensino superior carenciados, respostas para crianças em risco e para promoção do envelhecimento ativo)
- Medidas de combate à privação material, através da aquisição e distribuição direta de bens alimentares e/ou bens de primeira necessidade
- Fornecimento de produtos alimentares e material de base mediante a apresentação de cartões electrónicos
- Medidas para garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas de saúde (infra-estruturas e equipamentos)
- Medidas para promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, das famílias de baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos com medidas de adaptação das habitações a espaço público.

Objetivo Estratégico	Agenda 1: As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Agenda 2: Inovação, Digitalização e Qualificações como Motores do Desenvolvimento	Agenda 3: Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos	Agenda 4: Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente	Total
OP1 Portugal + Competitivo		4843		414	5258
OP2 Portugal + Verde			4862	612	5474
OP3 Portugal + Conectado				1828	1828
OP4 Portugal + Social	3797	3710		488	7996
OP4 Portugal + Próximo				1558	1558
Fundo Transição Justa				224	224
Assistência Técnica					658
Total	3797	8554	4862	5124	22995
	17%	37%	21%	22%	100%
PRR	5236	6397	4187	823	16644
	31%	38%	25%	5%	100%
Portugal 2030 + PRR	9034	14951	9049	5947	39639
	23%	38%	23%	15%	100%

Projeto de capacitação institucional “melhorou muito” desempenho da UMP

Relatório de avaliação externa do projeto “Mutualismo: da Herança ao Futuro” revela que 93% das associações respondentes ao inquérito de avaliação, consideram que o desempenho da UMP melhorou.

O projeto de capacitação institucional “Mutualismo: Da Herança ao Futuro”, desenvolvido pela União das Mutualidades Portuguesas, entre outubro de 2020 e junho de 2022, ao abrigo do programa POISE, foi “decisivo” para a afirmação e o desenvolvimento do mutualismo e das associações mutualistas na sociedade.

O Conselho de Administração da UMP sustenta que o investimento realizado em ações e na criação de novos gabinetes, permitiu melhorar significativamente o desempenho da UMP no cumprimento da sua missão de representar o movimento mutualista, promover o rejuvenescimento, modernização e reconhecimento do setor.

Esta convicção é reforçada pelo relatório final de avaliação externa, realizado pela consultora Skilent, que veio confirmar o grande impacto deste projeto, que superou os resultados alcançados pelo anterior.

93% das respostas das associações mutualistas a um inquérito promovido pela equipa de avaliação externa consideraram que o desempenho da União das Mutualidades melhorou (+12% do que no projeto anterior). Igualmente relevante é o facto de 56% dos respondentes considerarem que o desempenho da UMP “melhorou muito” (+22%).

Nos pontos-chave da avaliação do impacto do projeto “Mutualismo: Da Herança ao Futuro”, aqueles cujos resultados foram mais positivos referem-se ao “Posicionamento estratégico da UMP” e à “Modernização do Mutualismo”, ambos a alcançar “5”, valor máximo da escala.

Ao abrigo deste projeto, a UMP realizou ações, iniciativas e atividades tendo em vista a sua capacitação institucional e a das suas filiadas, a cooperar e a fortalecer o trabalho em rede (à escala nacional e internacional), desenvolveu ferramentas web de comunicação, gestão e partilha de dados entre os membros associativos da UMP, e das suas relações institucionais e com a comunidade em geral.

A larga maioria das associações que responderam ao inquérito afirmou co-

nhecer “razoavelmente bem” e “bem” o projeto, assim como as suas atividades principais, das quais se destacam os “Eventos Nacionais”.

A plataforma Mutual IN, de agregação de dados e cooperação, registou um nível de participação superior a 60%. Já 70% dos respondentes participou em atividades relacionadas com os gabinetes jurídico e de apoio ao associativismo.

91% das associações referem que os seus dirigentes participaram nos eventos de capacitação e 49% mencionam a participação dos seus trabalhadores. Acresce que a maioria dos “Eventos” realizados registou “níveis de participação muito elevados”.

Responderam ao inquérito, dentro do prazo convencionado, 43 das 53 associações filiadas.



Projeto europeu procura capacitar organizações para a inclusão de jovens NEET

UMP e parceira irlandesa dinamizam projeto “Beyond NEET” em Portugal e na Irlanda, que prevê a realização de várias atividades em ambos os países, até setembro de 2023.

Os jovens NEET (que não estudam, não trabalham, nem estão envolvidos em estágios ou ações de formação) são o público-alvo de um projeto europeu, dinamizado pela União das Mutualidades Portuguesas (UMP) e pela organização irlandesa Irish Rural Link (IRL), que visa capacitar as organizações da sociedade civil para os apoiar.

Beyond NEET - Promoting youth social inclusion through volunteering” é um projeto que resulta de uma candidatura conjunta da UMP e da IRL ao programa Erasmus +, co-financiado pela União Europeia, e que contempla várias atividades até setembro de 2023, em Portugal e na Irlanda.

A meta da União Europeia (UE) é reduzir, até 2030, de 13,9% para 9% a percentagem de jovens NEET, sendo que, neste capítulo Portugal apresenta uma taxa de 11%, inferior à média europeia, equivalendo a cerca de 181 mil jovens nesta condição.

Através do apoio a iniciativas como o “Beyond NEET”, a UE procura mobilizar os Estados membros e a sociedade ci-



vil para o desafio de promover a inclusão cívica e social destes jovens, através do emprego, formação, empreendedorismo social e do voluntariado.

“Esta é uma oportunidade para conhecer melhor as condicionantes, necessidades e expectativas destes jovens, da UMP e da IRL e promover as mudanças organizacionais que se impõem, através da formação na área do voluntariado, com fins inclusivos”, considera Luís Alberto Silva, Presidente da UMP, acreditando num reforço da cooperação transnacional na área da juventude.

Até setembro de 2023, estão previstas várias atividades a realizar em Portugal e na Irlanda: workshops com jovens NEET, realização de inquéritos a organizações da sociedade civil dos dois países, formação, sessões de trabalho com os membros do consórcio, presenciais e online, e seminários finais, em Portugal e na Irlanda.

Beyond NEET é o segundo projeto internacional em que a UMP se envolve.

Em 2019, estabeleceu uma parceria com quatro organizações internacionais, de Portugal, Ucrânia, Itália, Grécia e Turquia, para a realização do projeto You'Re H.O.M.E (Youth+Refugees-Helping Others Means Europe), que debateu, no Porto, o problema das migrações na Europa, e envolveu mais de três dezenas de jovens, da Ucrânia, Itália e Grécia.

**Irish Rural Link:
o parceiro irlandês do projeto**

Com sede na Irlanda, o Irish Rural Link (IRL) representa 600 organizações e indivíduos, constituindo-se como organização de cúpula para grupos comunitários, como o The Community Wetlands Forum ou o Meals on Wheels National Network.

O seu trabalho reforça a capacidade de representação da sociedade civil, representando os interesses e procurando resolver os problemas da comunidade rural de forma coesa e articulada.

UMP abre portas ao mutualismo em São Tomé e Príncipe

UMP e governo São-tomense celebraram protocolo de cooperação para enquadramento legal e reforço da economia social no território.

A estratégia de internacionalização do modelo mutualista português conheceu novos passos em 2022. A trabalhar no âmbito da União Mundial das Mutualidades pela afirmação do mutualismo no mundo e, em particular na Europa, a União das Mutualidades Portuguesas não descurou aquele que é um dos seus eixos privilegiados de atuação: a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

No âmbito de uma missão em São Tomé e Príncipe, realizada ao abrigo de uma candidatura ao Camões, I.P., celebrou um protocolo de cooperação com o Governo São-Tomense, que lhe confere o estatuto de parceira privilegiada no reforço, valorização e enquadramento do setor da economia social e solidária naquele território.

Ficaram consagrados os fundamentos para uma colaboração da União das Mutualidades Portuguesas na conceção de uma lei de bases da economia social e na criação do regime jurídico específico para as associações mutualistas em São Tomé e Príncipe.

A celebração deste protocolo, numa cerimónia presidida então pelo Pri-

meiro-Ministro, Jorge Bom Jesus, e que contou com a participação de vários ministros São-Tomenses, abre caminho à cooperação em domínios como a capacitação das mutualidades locais no desenvolvimento de uma rede apoio social integrado, de cobertura equitativa do país, e na prossecução dos fins de proteção complementar de segurança social e saúde.

Conferência internacional sobre proteção social complementar e mutualismo juntou autoridades, instituições do setor social e Universidade



UMP e governo são-tomense celebram protocolo de cooperação



A conferência sobre Proteção Social e Mutualismo em São Tomé

“As pessoas no centro do processo de desenvolvimento”



O Presidente da UMP, falando de mutualismo a alunos de Comunicação da Universidade

Numa conferência internacional organizada pela União das mutualidades Portuguesas sobre “O papel da proteção social complementar para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O caso do mutualismo”, o governo e as instituições sociais do território convergiram na ideia de que o ressurgimento do mutualismo pode ser um contributo importante para a saúde e bem-estar da população e para combater a pobreza. E tanto assim é que Adlander Matos, então Ministro do Trabalho e da Família, manifestava a disponibilidade do governo local para apoiar o processo de implementação do mutualismo no território.

O Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Sil-

va, que se avistou com o Presidente da República Carlos Vila Nova, vários ministros do governo, dirigentes de instituições sociais locais, estudantes universitários e comunicação social, sublinha que num território de contrastes como São Tomé e Príncipe, “é possível gerar consenso e vontades para ajudar uma população que vive com muitas dificuldades, mas para isso é preciso criar os pilares de sustentabilidade – alimentação, habitação, emprego, cuidados de saúde e educação”. E nesse capítulo, considera que “há muito para fazer”.

Para Catarina Marcelino, Vice-Presidente do Instituto de Segurança Social de Portugal, que acompanhou a comitiva da União das Mutualidades Portuguesas, “num país com mais

de 60% de pobreza e uma economia informal a rondar os 70%, é necessário criar uma estratégia nacional com pilares objetivos e concretos, bem como, abrir caminhos através de parcerias locais e grandes organizações internacionais. A partir disso, é possível iniciar o processo de combate à pobreza em S. Tomé e Príncipe”, afirmou.

O Primeiro Ministro cessante de São Tomé e Príncipe, Jorge Bom Jesus (nas eleições de 25 de setembro, saiu vencedor Patrice Trovoada), considera que o protocolo celebrado com a União das Mutualidades Portuguesas representa “uma porta de entrada no investimento no capital humano e as demais realidades sociais”. Em seu entender “não há liberdade sem solidariedade” e “as pessoas têm que estar no centro do processo de desenvolvimento”.



Presidente da UMP e Ex-Primeiro Ministro

Centro Qualifica d'A Mutualidade de Santa Maria ajuda a mudar rumos de vida

Três casos de sucesso. Três casos em que o Centro Qualifica foi a chave para elevar a autoestima e encarar o futuro com esperança e confiança.

As circunstâncias pessoais ou familiares levaram-nos a abandonar prematuramente os bancos da escola e a procurar outros caminhos. Num tempo em que as competências são fator decisivo no muito competitivo acesso ao emprego e à progressão na carreira profissional, ou simplesmente porque o saber não ocupa lugar, são cada vez mais os adultos que buscam soluções para elevar a sua escolaridade e as suas competências. Foi a pensar nesses casos que A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista, com uma longa experiência na formação para a inclusão, se candidatou a dinamizar um Centro Qualifica.

“Ao fim de dois anos, sentimos que a decisão valeu a pena. São muitas as histórias de homens e mulheres cujo percurso de vida ajudamos a mudar e cujo sucesso nos vem demonstrar que nunca é tarde para aprender e cumprir sonhos”, afirma Luís Alberto Silva, Presidente d'A Mutualidade de Santa Maria.

O primeiro Centro Qualifica dinamizado por uma associação mutualista presta um serviço gratuito à comunidade, apoiando a população empregada e desempregada do Baixo

Vouga, em especial dos concelhos de Ovar, Estarreja e Murtosa a adquirir formação e a elevar o seu nível de escolaridade.

Desde processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) Escolar, de nível básico (4.º, 6.º e 9.º Ano) e nível secundário (12.º Ano) e RVCC Profissional, nas áreas de serviço de apoio a crianças e jovens; trabalho social e orientação; segurança e higiene no trabalho; secretariado e trabalho administrativo e comércio, entre outras.

As suas atividades são desenvolvidas na sua sede, em Esmoriz, e, em regime de itinerância em Cortegaça, Maceda e Murtosa, entre outros locais.

Procurando dar resposta ao fenómeno das migrações, conseguiu juntar ao seu portefólio o curso de Português Língua de Acolhimento, que se tem revelado uma mais-valia importante para migrantes com origem em países, como a Venezuela, Bangladesh, Filipinas, Estados Unidos, entre outros.

Raquel Laverde, 45 anos, é um dos casos que confirmam essa ideia. Vive na Murtosa e, em 2018, quando chegou

a Portugal, enfrentou as dificuldades naturais de adaptação a um território desconhecido, principalmente ao nível da comunicação.

Como os estudos universitários adquiridos na Venezuela não são reconhecidos em Portugal, Raquel Laverde procurou obter novas qualificações. “Fiz vários cursos, em regime de itinerância, na Murtosa, com destaque para os módulos de Português – Língua de Acolhimento”, sinaliza.

Movida pela vontade de construir um mundo e um futuro melhor, está a frequentar um curso de decoração de interiores, que é outra das suas paixões. “A Mutualidade de Santa Maria tem impulsionado a minha integração pessoal e profissional”, reconhece. Hoje, está perfeitamente integrada no mercado de trabalho e ajuda um grupo de uma centena de venezuelanos na sua orientação para formações, trabalho e habitação, para a sua plena integração na comunidade.

Aos 45 anos, Marco Pereira, de Silvalde, Espinho, vê nas suas qualificações uma possibilidade de progredir na carreira profissional como técnico de ação educativa. Tinha cumprido

com sucesso um processo de RVCC de nível básico no Agrupamento de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte estava a trabalhar e no Centro Qualifica concluiu o nível secundário.

“Graças à Mutualidade Santa Maria, consegui validar inúmeras competências em termos profissionais, e hoje sou Técnico da Ação Educativa, que me abre outras portas na ascensão de carreira. Tem sido um caminho desafiante, mas muito gratificante a vários níveis na minha vida”, considera. E não para. Através do Centro Qualifica, continua a elevar competências, agora em Higiene e Segurança no Trabalho e, em breve, como Técnico Administrativo.



Raquel Laverde, 45 anos, Murtosa

“A Mutualidade de Santa Maria tem impulsionado a minha integração pessoal e profissional”



Marco Pereira, 45 anos, Espinho

“Conseguí validar inúmeras competências em termos profissionais, e hoje sou Técnico da Ação Educativa”



Teresa Alves, 45 anos, Esmoriz

“Graças ao meu empenho e dedicação na validação de competências estou a fazer uma licenciatura”

“Nunca é tarde para romper com as crenças limitantes...Espero que o meu exemplo, impulsionado pela aprendizagem adquirida n'A Mutualidade de Santa Maria, mesmo em tempo de pandemia, possa estimular outras pessoas inseguras e desmotivadas”, sublinha.

A Raquel, o Marco e a Teresa são três histórias de vida e de sucesso, de quem perseguiu um sonho de elevar as suas qualificações e encontrou uma resposta à sua medida num Centro Qualifica. Agora é seguir em frente e agarrar o futuro e novas oportunidades!

As suas histórias de vida e de sucesso, de quem perseguiu um sonho de elevar as suas qualificações e encontrou uma resposta à sua medida num Centro Qualifica. Agora é seguir em frente e agarrar o futuro e novas oportunidades!

O exercício físico vai a casa, à rua ou ao ginásio da Setubalense

Quem tem mais de 65 anos e reside na União de Freguesias de Setúbal pode ser um beneficiário do projeto “Seniores em Movimento”, que promove a atividade física e combate a solidão e o isolamento.

É um projeto que a Associação de Socorros Mútuos Setubalense tem em marcha desde os tempos da pandemia e que está a ter grande recetividade, junto da comunidade.

Duas vezes por semana, a fisioterapeuta da instituição vai a casa dos idosos, marca encontro num dos parques verdes da cidade ou no ginásio da instituição e, durante 30 minutos, ministra um programa individualizado de exercícios físicos que melhoram a mobilidade e a qualidade de vida do utente.

Sandra Costa, coordenadora do projeto, sublinha a importância do projeto para a população sénior da cidade, porque fomenta a autoestima, a autonomia funcional e o relacionamento interpessoal, trazendo os idosos a apanhar sol ao ar livre, nos parques verdes, ou até ao ginásio da associação, onde contactam com mais pessoas.

“Trazer estes projetos para a cidade e para as associações mutualistas é um contributo importante para a sua afirmação nas comunidades”, sustenta a coordenadora.



ASM SETUBALENSE

O projeto “Seniores em Movimento”, da ASM Setubalense.

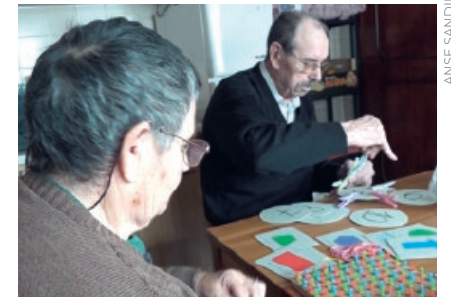
O centro de dia vai a casa dos idosos em Sandim

Estimular os sentidos, através de atividades lúdicas e físicas realizadas no próprio domicílio dos idosos, e combater a solidão e o isolamento é o objetivo do projeto “Reaviva A Mente”, que a Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim (ANSE) criou durante a pandemia e que veio para ficar.

É como levar o centro de dia a casa do idoso. Diariamente, uma ou duas profissionais da instituição andam de casa em casa, a realizar jogos e exer-

cícios que promovem a estimulação cognitiva dos idosos, e atividades, como ginástica, passeios e conversas informais, entre outras, tendo presente as expectativas, necessidades, vivências e gostos pessoais dos utentes.

“É um projeto com grande importância na nossa área de intervenção, mais rural, e inovador, porque mais nenhuma instituição desta região, faz isto, como um serviço regular”, explica Vânia Pinheiro, diretora de Serviços da ANSE de Sandim.



ANSE SANDIM

O projeto “Reavivar a Mente”, da ANSE Sandim.

O projeto, que foi candidato ao Prémio Inovar para Melhorar 2022, tem contribuído para aumentar a autoestima dos idosos, incitando uma ocupação saudável dos tempos livres e retardando potenciais dependências.

As caminhadas e os banhos de floresta que distinguem a AMUT

O projeto AMUT'Caminhando nasceu em 2012, com o objetivo de proporcionar aos associados e à comunidade momentos de partilha e convívio na natureza e no património.



AMUT - GONDOMAR

O projeto “AMUT'Caminhando”.

A dinâmica das caminhadas regulares da AMUT – Associação Mutualista de Gondomar, a que se juntaram os programas de férias, ajuda a fortalecer os laços entre os associados e a comunidade, abre novos horizontes e cria relações com lugares idílicos e elementos do património.

Apostada na inovação, a AMUT passou a incluir neste programa os banhos de floresta, inspirados numa prática antiga japonesa Shinrin-Yoku,

que auxilia na abordagem à saúde mental.

Os banhos de floresta são experiências sensoriais onde mais do que a caminhada, se valoriza a conexão com a natureza.

“Ao longo de 10 anos, já caminhámos milhares de quilómetros e impactámos milhares de pessoas e queremos continuar a impactar”, assinala Ângela Pereira, Presidente da AMUT – Gondomar, a propósito deste programa submetido ao Prémio Inovar Para Melhorar 2022.

Casa da Mutualidade: cultura de proximidade em Coimbra

Espaço cultural de excelência d'A Previdência Portuguesa tem projetado inúmeros talentos nas diferentes expressões artísticas.

Texto: Sónia Ribeiro
Fotos: A Previdência Portuguesa

Situada na baixa de Coimbra, Casa da Mutualidade - Galeria de Arte e Centro de Mutualismo reside num edifício característico do Modernismo em Portugal, com destaque para a sua arquitetura ao *estilo art deco* que valoriza o Património da instituição.

Foi criada em 2004, no âmbito do programa do 75º Aniversário d' A Previdência Portuguesa, com vista à promoção do mutualismo, com o intuito de transmitir uma imagem de credibilidade e de solidez do movimento. Reconhecendo que este carecia de

conhecimento junto das populações, era urgente explorar formas planeadas e organizadas de difusão, assim a Casa da Mutualidade começou a enquadrar a sua divulgação em diversos eventos culturais, seminários e outras iniciativas.

A 2 de março de 2010, foi inaugurada a Galeria de Arte e Centro de Mutualismo formalizando mais uma valência à A Previdência Portuguesa – a da Cultura – reforçando a identidade cultural enquanto papel transformador da comunidade e que se constitui como um importante instrumento de desenvolvimento da mesma.

Nasceu para todos, sendo um instrumento de inclusão cultural e por sua vez também social. Veio de certa forma, colmatar a carência de espaços culturais de carácter gratuito no sector público, social e privado, disponível para projetos e ações da comunidade

Características:

- Bancos retráteis com capacidade para 50 lugares sentados
- Vídeo-projetor
- Sistema de som
- Copa
- Ar-condicionado



O edifício, característico do Modernismo, que acolhe a Casa da Mutualidade.



A galeria de arte acolhe exposições, como a de Maria João Damas

bem como dos seus parceiros. De destacar a exposição de pintura dos utentes da A.N.A.I - Associação Nacional de Apoio ao Idoso, parceira d'A Previdência Portuguesa, que se realiza anualmente em maio.

É também um espaço ao serviço de ações da própria Instituição e das suas valências na divulgação de serviços, eventos e projetos. O mês de junho é reservado para a comemoração do Dia da Criança, com uma exposição de desenhos dos meninos e meninas do Jardim de Infância da Instituição que permite aos pais e familiares um contacto mais próximo. Este ano contou com a participação das crianças na “Hora do Conto”.

Ao longo destes anos, a Casa da Mutualidade já teve 130 exposições de artes plásticas e fotografia, promovendo as artes para todos, com destaque para o apoio que oferece aos novos talentos, conhecidos ou não, jovens ou idosos, a oportunidade de expor num

espaço que já recebeu artistas consagrados como Mário Silva na pintura e Varela Pêcurto na fotografia.

Sendo polivalente, a Casa da Mutualidade é um espaço de interação social e de formação que incentiva a partilha, o pensamento, o conhecimento, a convivência de crianças, jovens e adultos, de diferentes contextos sociais com a realização de eventos e atividades, tais como elas palestras, workshops, formações e apresentações.

Na senda da responsabilidade social da Instituição, recebeu a Caminhada Urbana Solidária d' A Previdência Portuguesa onde mais de 100 pessoas, sensibilizadas com a causa dos Sem Abrigo contribuíram de forma generosa, com bens alimentícios para o C.A.S.A – Centro de Apoio aos Sem Abrigo.

Mais recentemente foi palco do III Meeting de Promotores marcando presença a equipa comercial d'A Previdência Portuguesa.

A galeria já acolheu 130 exposições de artes plásticas e fotografia, promovendo as artes para todos.



Polivalente, a Casa da Mutualidade é também um centro de mutualismo.



A exposição de pintura dos utentes da Associação Nacional de Apoio ao Idoso.

Alargamento do universo de associados e novos benefícios em perspetiva

Associação tem assistido à redução dos associados ativos, fruto da passagem à reforma dos trabalhadores e dos processos de reestruturação por que passou o setor.

A Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal foi constituída em 1914 para prestar apoio social à classe dos estivadores do porto de Lisboa e, mais tarde, da Figueira da Foz. O desafio da mais recente filiada na União das Mutualidades Portuguesas é alargar o seu universo de associados a outros trabalhadores portuários e introduzir novos benefícios que tornem a associação mais atrativa.

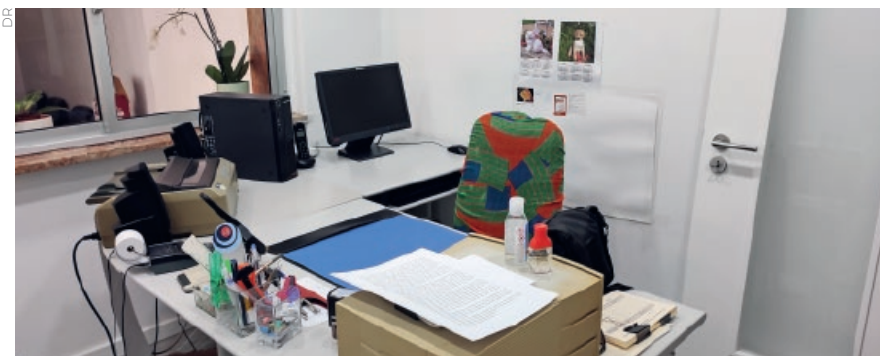
Os estivadores eram oriundos dos bairros mais pobres de Lisboa, nomeadamente Alfama, Alcântara e Madragoa. Não tinham salário fixo, trabalhavam ao dia e só recebiam salário quando trabalhavam. Não tinham qualquer apoio, quando sofriam acidentes de trabalho, quando adoeciam e quando não tinham comida no prato.

Era no largo do Cais do Sodré, em Lisboa, em plena rua, ao sol, à chuva ou ao frio que se faziam os “contos” – as concentrações dos trabalhadores onde os patrões selecionavam os trabalhadores em função das cargas e descargas previstas, porque não tinham quaisquer instalações onde pudessem concentrar-se.

A sua situação financeira era perigosa e, por vezes, crítica. Nos períodos de menor movimento de navios, muitos trabalhavam apenas dois ou três dias por mês. Casos houve, em que no falecimento do trabalhador, a família não reclamava o corpo na morgue, porque não tinha dinheiro para realizar o funeral.

Na ausência de resposta por parte do Estado – a Segurança Social, na altura denominada Caixa de Previdência, só surgiria mais tarde, foi criada a Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa, assumindo, nos seus estatutos, a proteção na saúde, doença e na morte destes trabalhadores.

Até ao limiar do século XX, a Associação assegurou em pleno a missão para que foi criada. Concedia aos seus associados alguns benefícios, no-



A secretária da Associação

Revisão dos estatutos, de forma a poder admitir como associados não apenas estivadores, mas também outros trabalhadores portuários, pode ser uma solução.

meadamente, medicamentos, subsídio de doença, subsídio de funeral, assistência médica, (até domiciliária), e enfermagem.

Em 106 anos de existência, a associação assegurou em pleno a missão para que foi criada, assegurando benefícios como: o apoio médico e de enfermagem permanente e gratuito, complemento de reforma vitalício para os associados que passaram de ativos a beneficiários, subsídio de doença, subsídio por morte, subsídio de funeral e apoio jurídico.

Durante décadas, integrou na sua ação o apoio sanitário, através de instalação de balneários, casas de banho e de duchas na sua sede, onde eram entregues aos associados toalhas e sabão gratuitamente.

Presentemente, a associação mantém todos os benefícios, à exceção do apoio médico e de enfermagem permanente e gratuito, o subsídio de doença e o apoio sanitário, dado que o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social, assim como a medicina no trabalho obrigatória nas empresas, cobrem essas áreas, além



Vitor Dias, secretário da Caixa Auxiliar dos Estivadores.

de que as empresas se obrigam a ter instalações de apoio para os trabalhadores.

Entre os associados da Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal há os “Ativos”, que são os que à data desenvolvem a sua atividade profissional nos portos, e os “Beneficiários”, aqueles que passaram à situação de pensionistas.

As receitas da Associação dependem exclusivamente da quotização dos

associados ativos e do arrendamento de dois imóveis adquiridos pela associação em 1961 e 1963. “Dai a necessidade de fazermos uma gestão muito equilibrada e criteriosa, para manter as reservas matemáticas e a prossecução dos fins”, sublinha Vítor Dias, Secretário da instituição.

A quebra no número de associados preocupa e obriga a refletir. “Nas últimas décadas, assistimos a uma redução muito acentuada de associados ativos, fruto da passagem à reforma dos trabalhadores, de processos de reestruturação sectorial e do atual preceito estatutário que só permite admitir como sócios os estivadores”, assinala Vítor Dias.

Os órgãos de gestão da Associação projetam a criação de novos benefícios, mas que só fazem sentido se houver a possibilidade de admitir outros associados, que não exclusivamente os estivadores. “Daí que tenhamos encetado uma revisão estatutária, que, a ser aprovada pelos associados e entidades oficiais, poderá vir a permitir a admissão de muitos mais trabalhadores”, realça o dirigente.

Novas respostas na calha, além do cuidado aos idosos

Instituição aguarda celebração de protocolo com a Segurança Social para o seu centro de dia e serviço de apoio domiciliário.



A sede da ASM de Valongo, onde também funciona uma clínica dentária.

A sua sede fica na rua de onde partem para o país e o mundo os biscoitos da icónica Paupério. É no n.º 42 da Rua Sousa Paupério que a Associação de Socorros Mútuos Fúnebres do Concelho de Valongo recebe os seus associados, acolhe uma clínica dentária de um parceiro, guarda o seu historial e toma decisões. Noutro ponto da cidade fica o centro de dia e o serviço de apoio domiciliário, que resistiram à pandemia Covid-19 e primam pela qualidade das instalações e do trabalho que desenvolvem com os idosos.

O subsídio de funeral foi, durante muitos anos, a principal atividade da Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre de Valongo, fundada no final do século XIX. Acompanhando os desafios dos novos tempos e observando o défice de respostas de apoio à terceira idade, a instituição investiu, em 2016, na criação de um centro de dia e, mais recentemente, de um serviço de apoio domiciliário. São estas duas valências que mais contribuem para

a notoriedade e o reconhecimento da Associação junto da comunidade e dos seus mais de 13 mil associados.

É num edifício da Rua Joaquim Marques dos Santos, a cerca de um quilómetro da sede, que está instalado o centro nevrálgico destas duas respostas sociais, que registam elevada procura.

Com uma equipa multidisciplinar, que veste a camisola, gosta e sabe cuidar, o centro de dia tem capacidade para acolher 40 idosos, nas suas instalações decoradas em tons harmoniosos e desenhadas para garantir bem-estar e conforto aos idosos.

Sem acordo de cooperação com a Segurança Social para estas duas respostas, a Associação enfrentou sérias dificuldades, decorrentes das restrições que vigoraram durante a pandemia Covid-19, em que teve que fechar portas durante um longo período e, numa etapa posterior, reduzir significativamente a sua capacidade.

Quando se declarou a pandemia, a instituição estava a desenvolver diligências junto da Segurança Social para celebrar um protocolo, que garantisse uma comparticipação estatal por cada utente. “Neste momento, estamos a aguardar decisão do Instituto da Segurança Social. Esperamos uma resposta desde 3 janeiro de 2022”, frisa o Presidente da Associação, André Machado Alves.

Vencido o desafio da pandemia, a instituição está atenta a todas as oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

O Plano de Recuperação e Resiliência destina fundos para várias áreas e “a Associação de Socorros Mútuos de Valongo candidatou-se a apoios à reabilitação de edifícios, painéis solares e aumento de respostas sociais”.

André Machado Alves sublinha que na atual conjuntura, estes fundos são decisivos para a sobrevivência das associações”, motivo pelo qual, avançou com projetos.

Com respostas muito centradas nos idosos, a Associação não enjeita a possibilidade de dar “uma atenção particular” aos mais novos. Os filhos e os seus trabalhos escolares ao final do dia são uma preocupação para muitas famílias que não têm quem os acompanhe até ao seu regresso a casa. A pensar nestas famílias e nestas crianças, a Associação admite desenvolver uma resposta de apoio ao estudo e explicações, mas para isso precisa de duas salas com condições para o efeito.

André Machado Alves sublinha que, “para concretizar os projetos é necessário ter apoios e por agora ainda não foi possível vencer este desafio”.

Projetados investimentos que aguardam desfecho de candidaturas apresentadas ao Plano de Recuperação e Resiliência.

As várias frentes de atuação da Associação

A Associação de Socorros Mútuos de Valongo está na linha da frente no cuidado aos idosos (centro de dia e serviço de apoio domiciliário), mas não deixa de estender a sua atividade a outras áreas, como a previdência social. O subsídio de funeral, que esteve na sua origem há 124 anos, continua a ser dinamizado. Aquela que é uma das instituições mais antigas do concelho de Valongo, acolhe nas suas instalações uma clínica dentária de um parceiro e tem protocolos firmados com vários estabelecimentos, que concedem vantagens aos associados.



André Machado Alves: centro de dia e SAD aguardam acordo com Segurança Social



O centro de dia tem capacidade para acolher 40 idosos.

Uma história de resiliência que fez renascer a esperança

A Associação esteve na iminência de fechar. Resistiu e reergue-se depois de obras de beneficiação da sua sede. Novos serviços e novos públicos são a receita do rejuvenescimento da instituição.

Com uma sede degradada, escassa atividade na área da saúde e um número reduzido de associados e todos de avançada idade, a Associação de Socorros Mútuos Benaventense esteve à beira de fechar portas.

Chegou a reunir para escrever o ponto final numa história secular e seria Celeste Dinis, assistente da médica de clínica geral que prestava cuidados de saúde aos associados, a travar a fundo a ideia.

Recusou-se a admitir o fim de uma casa que traz agarrada ao coração e com algumas pessoas próximas e uma grande dose de resiliência, segurou o leme, enfrentou ventos e marés, e resistiu e agora segue em velocidade cruzado.

Não foi fácil. Sabia que numa casa degradada seria difícil continuar a prestar cuidados de saúde com o mínimo de dignidade e desenvolver qualquer outra nova atividade.

Andou anos a bater a todas as portas e palmilhar os corredores da autarquia, a pensar como dar um novo impulso à instituição. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura e, em 2022, a Câmara Municipal de Benavente disponibilizou materiais que permitiram recuperar o edifício da sede, localizado junto à Praça do Município. A Associação de Socorros Mútuos Benaventense ganhava nova vida, por dentro e por fora.

“Ver a associação a ressurgir e saber que há mais pessoas a pensar o mesmo, é para mim uma alegria enorme. Benavente merece o nosso esforço”, afirma Celeste Dinis, Presidente da Associação.

Confessando que chegou “a sentir vergonha de abrir a porta aos utentes, sem ter um espaço com condições dignas”, confirma, hoje, que valeu a pena resistir. Aos poucos, as ideias estão a passar do papel para a realidade. “A comunidade local que, durante muitos anos se foi desligando da associação já olha para aquilo que fazemos com gratidão e vai es-

tando mais atenta aos novos serviços”, diz a presidente.

O leque de serviços vem aumentando. Havia, apenas, consulta de medicina geral e familiar num dia por semana. Hoje, disponibiliza Psicologia, Nutrição, Psicologia, Terapia da Fala e Homeopatia, Aulas de Grupo (Yoga, Pilates, Yoga Kids), Massagens, Ayurveda, Coaching e Numerologia, Apoio ao Domicílio (compras e organização de medicamentos) e Apoio digital.

Um novo logótipo assinalou os novos tempos. A presença digital está muito mais cuidada. É regular e envolvente nas redes sociais Facebook e Instagram. A divulgação da Associação anda em panfletos de mão em mão nas caixas de correio e em locais estratégicos do Município, nos espaços de saúde como os laboratórios de análises e os centros de imagiologia. E o “boca-a-boca” também funciona, nesta localidade ribatejana. “O segredo é

“Ver a associação a ressurgir e saber que há mais pessoas a pensar o mesmo, é para mim uma alegria enorme. Benavente merece o nosso esforço”, afirma Celeste Dinis, Presidente da ASM Benaventense.



Celeste Dinis: “Cheguei a sentir vergonha de abrir a porta aos utentes”

semelhante ao plantio: por cada pessoa que vem à associação, deixamos uma semente e, por todas que vierem sugeridas ou convidadas pela mesma, colhemos os frutos”, realça a presidente da Direção da ASM Benaventense.

E ideias para materializar, correspondendo a necessidades da população do Concelho não faltam. “Estamos a conseguir alargar a oferta de serviços e especialidades nas áreas da saúde, bem-estar e beleza, sem esquecer o auxílio à comunidade”, lembra Celeste Dinis, que direciona o foco também para as famílias e os mais jovens. “Seria necessária uma carrinha para buscar as crianças à escola e transportá-las para a associação, onde poderiam fazer os trabalhos de casa e outras atividades, até à hora de regressarem com os pais a casa”, assinala.

Numa associação envelhecida e que se pretende rejuvenescer, Celeste Dinis e os órgãos de gestão têm tido na filha, Telma Dinis, um braço direito para apor-

tar novas ideias para atividades e tentar chegar aos jovens benaventenses.

É na diversificação das atividades, na atração de novos públicos e em fazer a diferença na vida das pessoas que se constrói o futuro da Associação

Os desafios do Mutualismo

Celeste Dinis defende que, “as Associações Mutualistas devem focar-se principalmente em prestar serviços de saúde de qualidade aos seus utentes”. O Serviço Nacional de Saúde não consegue dar resposta às necessidades dos cidadãos. O mercado dos seguros de saúde está a crescer, mas continua financeiramente inacessível para muitos cidadãos. É por isso que a dirigente benaventense acredita “no papel das mutualidades e na sua capacidade de prestar cuidados de saúde de qualidade à medida das possibilidades dos cidadãos”. Principalmente num município como Benavente, onde as respostas públicas na área da saúde são deficitárias.



Novas atividades e novos públicos impulsionam novo ciclo na vida da Associação.

A sustentabilidade da ASMECI é assegurada através de parcerias

Parcerias com empresas prestadoras de cuidados de saúde permitiram requalificar quatro dos cinco pisos do seu centro médico e de diagnóstico.



Joaquim Machado, Presidente do Conselho de Administração da ASMECI

Fundada a 5 de novembro de 1854, a Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria (ASMECI), no coração de Lisboa, chega aos nossos dias como um centro clínico e de diagnóstico de excelência e com a expectativa de converter a sua unidade de internamento numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com capacidade para 70 utentes.

Com um edifício datado de 1912, numa localização privilegiada na baixa de Lisboa, a dois passos do Martim Moniz, a ASMECI tem vindo a conseguir requalificar e modernizar as suas instalações.

Sem recursos próprios que lhe permitam investimentos de grande envergadura, tem apostado nas parcerias com reputadas empresas do setor da saúde, para o conseguir. Elas

avancam com o investimento e em contrapartida passam a utilizar o espaço para prestar cuidados de saúde durante um período convencionado entre as partes. E assim, aos poucos, quatro dos cinco pisos do edifício estão completamente renovados e devidamente equipados.

O centro médico e de diagnóstico proporciona um vasto leque de especialidades clínicas e meios de diagnóstico diferenciados, que diariamente são procurados pelos associados e pelos lisboetas.

“Trata-se de uma infraestrutura volumosa a todos os níveis, quer em área de ocupação, quer em manutenção, e isso tem-nos desafiado nos últimos anos”, refere Joaquim Machado, Presidente da Direção.

A ASMECI já teve cerca de 25 mil associados, mas hoje não chega aos 2.000 e com as e novas respostas reunidas poderá começar a inverter a tendência.

A aposta continua a ser na qualidade dos cuidados de saúde que presta aos associados, sobretudo em resultado das “parcerias estabelecidas com entidades que são referência em algumas especialidades médicas e de diagnóstico”.

ASMECI tem convenções com os principais subsistemas de saúde e seguradoras.

Conversão da unidade de internamento em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas aguarda decisão da Segurança Social

A unidade de internamento, que funciona no último piso do edifício, foi transformada recentemente para se converter numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Em cima da mesa, está a celebração de um acordo de cooperação com a Segurança Social, para o desenvolvimento dessa resposta social, com elevada procura, especialmente numa cidade como Lisboa.

Esta unidade de internamento servia de apoio à unidade cirúrgica que, em tempos funcionou na ASMECI. Serve agora para internamento de curta, média e longa duração, para reabilitação e recuperação, promovendo e valorizando a autonomia de todos os utentes e prestando cuidados de saúde, com dignidade.

“Fizemos um reaproveitamento do espaço e agora temos condições para funcionar como lar. Trata-se de um local com condições que vai permi-



A sede da ASMECI na baixa de Lisboa.

tir o acompanhamento de 70 idosos com muita dignidade. Desta forma é possível albergar também doentes em convalescença ou que necessitem de acompanhamento médico e de enfermagem, por períodos mais ou menos prolongados”, realça Joaquim Machado.

A estratégia dos órgãos associativos está perfeitamente definida e passa por assegurar a requalificação do 1.º Andar do edifício, deixando “um bom legado para quem vier a seguir”.

Mais do que a capacidade financeira da instituição ou os serviços que são



A fisioterapia é um dos serviços mais procurados pelos associados.

prestados sobrepõe-se o objetivo de atrair para a ASMECI “capital humano jovem, para fortalecer os laços e garantir a continuidade deste ambicioso projeto social”.

Um papel com relevância histórica publicamente reconhecida

A ASMECI regista um percurso notável de 168 anos. A Covid-19 foi o último grande desafio em que esteve envolvida, mas do seu historial contam-se vários momentos, igualmente de grande exigência, em que revelou a sua capacidade e resiliência, acolhendo e ajudando pessoas a debelar enfermidades. De tal forma que, por ocasião da epidemia da febre amarela, em 1858, recebeu distinções honoríficas atribuídas pelo Rei D. Pedro V e Câmara Municipal de Lisboa. Conta no seu percurso com outras distinções: Ordem Militar de Cristo (1924); Comenda da Ordem de Benemerência (1936) e Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique (1979).

Acordos de Cooperação: as parcerias ao serviço dos mutualistas

A parceria é um terreno fértil no mutualismo. A União das Mutualidades Portuguesas tem vindo a alargar o leque de parceiros públicos e privados que concedem vantagens e descontos comerciais que revertem para as associações mutualistas e/ou seus associados e colaboradores. Confira todos os protocolos em vigor e no site www.mutualismo.pt conheça as vantagens e a forma de poder usufruir.

PROTOCOLOS ASSOCIADOS DAS AM'S FILIADAS



Serviços de Reparação
Telemóveis



Rent-a-Car



Turismo



Turismo



Turismo



Produtos Ortopédicos



Reparação e Substituição de
Vidro Automóvel



Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar



Aldeamento



Combustíveis

PROTOCOLOS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS



Serviços de Energia



Tecnologia



Tecnologia



Email Marketing



Consultoria



Consultoria



Consultoria



Consultoria



Consultoria



Atuariado



Educação



Turismo



Consultoria



Higiene



Saúde e Bem Estar



Segurança e Saúde do
Trabalho Segurança Alimentar
e Formação

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana



Instrumento Financeiro Para a Reabilitação e a Revitalização Urbanas



ASAE



Municípios Portugueses



Câmara Municipal de Lisboa



Instituto Politécnico de Leiria



Universidade Católica Portuguesa



ISCAP

PUBLICAÇÕES UMP



VERSÃO DIGITAL DESTAS OBRAS DISPONÍVEIS
NA BIBLIOTECA MUTUALISTA NO SITE
WWW.MUTUALISMO.PT

MÃOS QUE CUIDAM E PROTEJEM

FAÇA PARTE DESTES MOVIMENTOS.



mutualidades
portuguesas